



BANCO
CARREGOSA

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

RELATÓRIO E CONTAS 2010



BANCO CARREGOSA

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

ÍNDICE

- I. Mensagem da Presidente do Conselho de Administração**
- II. Mensagem do Presidente da Comissão Executiva**
- III. Estrutura Accionista e Órgãos Sociais**
- IV. Datas Históricas - Cronologia da Casa Carregosa**
- V. Missão e Valores**
- VI. Relatório de Actividades**
 - 1. Enquadramento Económico e a situação dos mercados financeiros**
 - 2. Estrutura Interna**
 - 3. Áreas da actuação Comercial**
 - 4. Áreas de Apoio**
 - 5. Sistema de Controlo Interno**
 - 6. Recursos Humanos**
- VII. Análise às Contas 2010**
- VIII. Declaração de Conformidade sobre informação financeira**
- IX. Eventos subsequentes**
- X. Informação nos Termos do artº 66º do C.S.C**
- XI. Proposta Aplicação Resultados**
- XII. Política de Remunerações dos Órgãos de Gestão e Fiscalização**
- XIII. Agradecimentos**
- XIV. Contas Consolidadas. Análise e anexos**
- XV. Contas Individuais. Análise e anexos**
- XVI. Certificação Legal de Contas (Individuais e Consolidadas)**
- XVII. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- XVIII. Extracto das Deliberações tomadas na Assembleia Geral de 27 de Maio de 2011**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

I. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ex. mo Senhor Presidente da mesa da Assembleia Geral, Senhores Accionistas,

Terminado o segundo ano de actividade do Banco Carregosa é com imenso gosto que cumprimos o dever de vos apresentar o nosso relatório e contas de 2010.

Desnecessário se torna dizer-vos que num ano de crise e de desorientação não é o melhor ambiente para continuarmos o crescimento que vínhamos planeando mas tomamos esta realidade como um estímulo para um maior empenhamento, capacidade de trabalho, perseverança.

Entendemos que temos que dar mais provas, continuar a semear, com a certeza de que os resultados sempre se farão sentir. Será necessário um maior esforço já que todos sentem receios, preocupações, incertezas mas continuaremos a lembrar aos nossos clientes que momentos de crise sempre existiram e depois deles sempre soubemos ressurgir mais fortalecidos por termos, entretanto, aproveitado as oportunidades que estas crises sempre geram.

Continuamos a apurar a nossa organização subindo os degraus interiores que a nossa curta existência nos impõe.

Sentimos da parte de todos os nossos colaboradores uma grande vontade em levar por diante este nosso compromisso e é com enorme satisfação que continuamos a conquistar quota de mercado competindo com organizações de muito maior dimensão sobretudo na área de mercado de capitais onde a nossa experiência há mais tempo se faz sentir.

Continuamos a preparar criteriosamente os nossos campos de actuação procurando, sobretudo, na área de Private Banking, perceber os anseios e as dificuldades dos nossos clientes para lhes podermos apresentar as soluções que melhor os podem servir.

Será a nossa maneira de vos darmos provas de que queremos continuar a merecer a vossa confiança e o vosso apoio.

Muito obrigada pela vossa presença,

Maria Cândida Rocha e Silva
Presidente do Conselho de Administração

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Excelentíssimos Senhores Accionistas,

Caros Colaboradores,

As consequências económicas-financeiras da crise da dívida soberana afectaram negativamente os resultados da actividade do Banco Carregosa, particularmente no último trimestre do ano, fruto da desvalorização da sua carteira de obrigações.

Consabidamente, os seus efeitos estão longe de estarem debelados.

As medidas políticas, económicas e sociais que necessariamente terão de ser tomadas para inverter a presente situação, acarretarão sacrifícios generalizados e a assunção transversal de um novo paradigma no governo de Portugal.

Consciente das dificuldades presentes e do futuro próximo que se avizinha, a prioridade da Administração foi proteger, tanto quanto possível, o Banco Carregosa da turbulência envolvente, quer recentrando a sua actividade dando primazia às operações extrapatrimoniais quer resistindo a tentações de alavancagem.

A política adoptada consolidou um forte rácio de solvabilidade.

Os receios generalizados dos investidores e aforradores do agravamento da situação económica e financeira do país em nada favoreceram a actividade de banca privada. Houve necessidade de dar resposta aos medos e incertezas dos Clientes com soluções de poupança adequadas.

A actividade de intermediação revelou, apesar da conjuntura, um excelente desempenho. Consolidou-se a marca *GoBulling* como referência de corretagem em Portugal.

Apesar das circunstâncias e com os olhos no futuro o Banco Carregosa continuou a percorrer o seu caminho. Abriu uma delegação de banca privada em Lisboa, constituiu fundos de investimento, criou novos produtos financeiros, reforçou os seus recursos humanos, racionalizou procedimentos e limou algumas arestas na sua organização interna.

Em 2010 prosseguiram-se os esforços de identificação de parcerias sólidas além-fronteiras.

Apesar dos resultados terem ficado aquém do desejável, não posso deixar de realçar o esforço e a dedicação da generalidade dos Colaboradores a quem quero publicamente agradecer, tanto mais quando menos visível é o resultado do seu trabalho.

Contudo, vamos continuar a trabalhar com afinco e perseverança na certeza que os frutos do esforço colectivo desenvolvido serão colhidos em breve.

Pedro Duarte
Presidente da Comissão Executiva

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

III. ESTRUTURA ACCIONISTA E ÓRGÃOS SOCIAIS

BANCO L.J. CARREGOSA, S.A.

	MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Luis Manuel de Faria Neiva dos Santos	PRESIDENTE
Maria Manuela Pereira Antunes Matias	Secretária
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva	PRESIDENTE
Américo Ferreira de Amorim	Administrador
António José Paixão Pinto Marante	Administrador
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves	Administrador
Pedro José Malheiro Duarte	Presidente da Comissão Executiva (CE)
Carlos da Costa Oliveira	Vogal da CE
Paulo Armando Morais Mendes	Vogal da CE
José Paulo Oliveira Faria Duarte	Vogal da CE
	CONSELHO FISCAL (*)
Maria da Graça Alves Carvalho	PRESIDENTE
Manuel José Lemos de Ferreira Lemos	Vogal
Eduardo Maria Lopes Rothes Barbosa	Vogal
	REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)(*)
Cristina Maria Martins Gomes	Suplente (SROC)
António Magalhães & Carlos Santos	

(*)Designado por Deliberação 25/05/2010 no âmbito do mandato em curso (2009/2011).

Os accionistas com participações superiores a 5% do capital social são os seguintes:

Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva
Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves
Amorim Projectos, SGPS
António José Paixão Pinto Marante

O Banco Carregosa tem como Órgãos Sociais a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, do qual emana a Comissão Executiva, e o Conselho Fiscal.

Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos pela Assembleia Geral de Accionistas realizada em 14 de Abril de 2009, para o triénio 2009-2011.

IV. DATAS HISTÓRICAS

A Carregosa é a mais antiga casa financeira da Península Ibérica, com as suas origens a remontarem a 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa inicia a actividade de comércio de câmbios, compra e venda de papéis de crédito e lotarias.

O Banco de Portugal é criado em 1846.

Ao longo da sua longa vida a L.J. Carregosa atravessou períodos políticos, económicos e sociais conturbados, como o rescaldo das guerras liberais, o Ultimato Inglês, o Regicídio, o fim da Monarquia e o início da República, duas Guerras Mundiais, a Revolução de 25 de Abril de 1974, as nacionalizações que se seguiram com a extinção das Casas de Câmbios e a Integração Europeia.

Já no século XXI, o vanguardismo da L.J. Carregosa manifesta-se, mais uma vez, com a segmentação da sua actividade de corretagem - tradicional e *online* - criando a marca *GoBulling* e dá início ao processo da sua transformação em banco.

Em 2008, o Banco de Portugal concede-lhe a respectiva licença bancária.

Em 2009, o Banco Carregosa apresenta-se em público como uma instituição especializada em Banca Privada, Gestão de Patrimónios e Intermediação de Valores Mobiliários.

CRONOLOGIA

- | | |
|-------------|--|
| 1833 | Primeiros registos de actividade na cidade do Porto da Casa Carregosa. |
| 1846 | Data da fundação do Banco de Portugal. |
| 1981 | Maria Cândida Rocha e Silva é nomeada Corretora Oficial da Bolsa de Valores do Porto. |
| 1994 | É fundada a L.J. Carregosa - Sociedade Corretora, SA. |
| 2000 | L.J. Carregosa lança o primeiro serviço de corretagem online em Portugal e estabelece uma parceria tecnológica com o <i>Saxo Bank (First WL International Partner)</i> . |
| 2001 | Transformação da Sociedade corretora em "Financeira de Corretagem". |
| 2006 | Aumento do capital social e início do processo de transformação da sociedade financeira em Banco. |
| 2007 | A L.J. Carregosa torna-se o primeiro <i>broker</i> europeu a praticar comissão de corretagem zero em todos os mercados <i>Euronext</i> e lança a marca de negociação online <i>GoBulling</i> .
A L.J. Carregosa e a <i>GoBulling</i> fecham o ano de 2007 como líderes do mercado de futuros com quotas de, respectivamente, 36,5% e 34%. |
| 2008 | O Banco de Portugal autoriza o projecto de transformação da sociedade em Banco. |
| 2009 | O Banco Carregosa é apresentado publicamente, no Porto;
O Banco Carregosa adquire 19,99% da sociedade gestora de fundos de investimento Mobiliário "Optimize Investment Partners". |
| 2010 | O Banco Carregosa adquire posição accionista de 84,84% da <i>Lisbon Brokers, SA</i> e 76.50% da <i>Sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA</i> ;
O Banco Carregosa lança fundos com a marca <i>Carregosa</i> , geridos pela <i>Optimize</i> ;
O Banco Carregosa inicia funções de depositário e Entidade Comercializadora de Organismos de Investimento Colectivo. |

V. MISSÃO E VALORES

O Banco Carregosa pretende honrar a tradição do seu nome com um passado de 177 anos, preservando o seu activo mais importante – a fidúcia.

A excelência e a personalização dos serviços que presta são a causa para perdurarem no seu portefólio de Clientes muitas gerações de Famílias tradicionais.

O critério distintivo da sua actividade funda-se na

Independência – Apresentar as melhores soluções de investimento sempre no interesse do Cliente;

Personalização – Disponibilidade e exclusividade dos seus *Private Bankers*;

Inovação/ Dinamismo – *know-how* especializado e em constante actualização;

Transparência – Rigor na apresentação das soluções de investimento.

VI. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1) ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E A SITUAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS

Em 2010, o risco e a volatilidade do mercado continuaram a subida que começou em Março de 2009. O S&P 500 fechou o ano com ganhos de dois dígitos e a Europa teve um desempenho misto, com as bolsas dos países do Centro e Norte a registarem comportamentos muito positivos por contraste com as bolsas do Sul que apresentaram fortes desvalorizações.

O debate centrou-se no nível de endividamento das economias desenvolvidas e da capacidade de alguns países, sobretudo do sul da Europa, poderem ultrapassar as dificuldades sem terem que recorrer a ajuda externa. Na realidade, os bancos centrais – Banco Central Europeu e Reserva Federal - optaram pela injeção de liquidez para evitar uma espiral deflacionista e adiaram a resolução do problema do sobreendividamento, continuando a emitir mais dívida.

Os países que recorreram a ajuda externa e adoptaram medidas de austeridade mais severas tiveram resultados na redução dos défices mas acabaram por registar fortes quedas no crescimento e continuam com dificuldades para criar emprego. As taxas implícitas de financiamento no mercado continuam teimosamente altas, o que levanta muitas reservas sobre o sucesso destes modelos e o receio da reestruturação da dívida pública continua presente nas discussões sobre medidas futuras.

No mundo desenvolvido a economia teve um crescimento positivo, com os EUA a crescerem acima de 3% em 2010, mas a criação de emprego não foi suficiente para provocar uma descida na taxa de desemprego. Os resultados das empresas continuam sólidos e a melhorar a um ritmo superior ao das economias. A inflação não foi, ainda, tema de interesse, mas começou a despertar alertas no final do ano em alguns países emergentes depois de crescer a ritmo acelerado durante os últimos meses.

Em 2010, Portugal esteve no centro das atenções, sobretudo porque a economia continua com problemas estruturais - pouca produtividade, excesso de endividamento externo e desemprego - e o mercado da nossa dívida pública exige um nível de taxas de juro muito acima do histórico. A taxa a 10 anos da dívida pública portuguesa terminou o ano próximo dos 7%, um nível incomportável para uma economia que cresceu menos de 1%, em média, nos últimos 10 anos e, sobretudo, quando sabemos que as anunciadas medidas de austeridade terão um efeito recessivo na economia. Um eventual pedido de ajuda externa tem sido muito discutido e muito embora seja uma decisão do Governo português, o mercado acredita que a União Europeia terá um papel decisivo nos primeiros meses de 2011.

Para 2011 os temas centrais em discussão passam pela solução para o excesso de endividamento dos países desenvolvidos bem como o controlo da subida da inflação, não só nestes como também nos países emergentes, onde tem subido aceleradamente.

Continuamos a acreditar que a conjuntura é favorável ao investimento em acções, sobretudo enquanto o programa de “alívio quantitativo” (*quantitative easing*) nos EUA continuar activo (até Junho). Além disso, a combinação de crescimento económico, baixa inflação, crescimento forte de resultados das empresas e múltiplos em linha com as estimativas, acabam por ser a receita indicada para uma subida de preços. No entanto, o “dinheiro fácil” nesta subida de mercados já foi feito e acreditamos que em 2011 teremos que ser mais selectivos para conseguir obter bons resultados. **Um dos principais temas de investimento para o próximo ano será a escolha de empresas com forte geração de *cash-flow*, modelos de negócio com barreiras à entrada e receitas provenientes de economias emergentes.**

A subida da inflação e as dificuldades das economias mais endividadas sugerem prudência nos investimentos em obrigações de longo-prazo e aconselham títulos de maturidade curta para quem quer investir em instrumentos de taxa.

2) ESTRUTURA INTERNA



3) ÁREAS DE ACTUAÇÃO COMERCIAL

Banca Privada e Corporate

O ano ficou marcado pelo alargamento da base de clientes de "Banqueiros Privados" na zona norte do país e o reforço da equipa comercial, consolidando o trabalho já efectuado e potenciando um crescimento mais sustentado.

Em Lisboa, arrancam com novas instalações e uma equipa com vasta experiência na área, o que nos permitirá colher frutos nos próximos anos.

Quanto à oferta, houve uma reestruturação das estratégias existentes e o lançamento de três fundos de investimento, com o objectivo de melhor servir os nossos clientes.

Passamos a dispor de uma oferta diversificada e actualizada com as novas situações de mercado, apresentando soluções globais, combinando o serviço de gestão discricionária com fundos de investimento, produtos estruturados e acesso aos mercados de valores mobiliários, procurando ter uma relação personalizada com o cliente, sempre com independência e rigor, com o objectivo comum de alcançar a melhor valorização patrimonial possível face ao risco implícito nos investimentos.

O alargamento da oferta, obrigou a uma reformulação dos contratos, dos sistemas de informação e a alteração de procedimentos operacionais, que nos prepararam para enfrentar o futuro com soluções mais fortes e eficazes para fidelizar os nossos clientes e com eles crescermos com rentabilidade.

Temos uma equipa humana forte e uma boa oferta de produtos, o que nos permitirá conquistar clientes, oferecendo aconselhamento especializado e atendimento profissional e assim tornar o Banco Carregosa como uma referência no mercado de Banca Privada.

Gestão de Activos

O ano de 2010 foi basilar para a direcção de investimento do Banco Carregosa: preparou-se a estrutura para responder às necessidades futuras, criaram-se novas rotinas de trabalho de equipa, definiram-se e implantaram-se mecanismos de comunicação regulares com a equipa comercial e, em conjunto com a Optimize, foi dado início à actividade de 3 fundos de investimento que, além de complementarem a oferta do Banco, poderão aumentar a sua visibilidade.

Apesar de uma fase de trabalho interno, necessariamente morosa, a equipa de gestão conseguiu obter resultados positivos em todas as estratégias e em todas as classes de investimento, o que contribuiu para uma maior captação de recursos.

A direcção de investimento conseguiu também aumentar o serviço institucional tendo, entre outros, estabelecido um contrato de *advisory* com diferentes sociedades de investimento e ganho concursos como Banco Depositário de Fundos.

Para 2011, os objectivos passam por reforçar a visibilidade e o reconhecimento do valor dos gestores de activos do Banco Carregosa, quer internamente, com melhorias no serviço a prestar à Direcção de *Private Banking*, quer externamente, com resultados que espelhem a qualidade da gestão e aumente o nível de satisfação da nossa base de clientes.

O ambiente macroeconómico do país e as condições internacionais serão propícios a um ano com volatilidade. Mas é nesta conjuntura que se distinguem os melhores profissionais e os bons projectos: o ciclo de subida continuada das acções mais cíclicas já terminou e, cada vez mais, só as empresas e os gestores com maior qualidade poderão almejar o sucesso.

Mercado de Capitais

O Departamento de Mercado de Capitais verificou um aumento da sua actividade em termos absolutos e relativos sendo de destacar:

1. O volume das ordens recebidas na componente de acções observou uma subida de 43% face a 2009 (sector variou no ano +26,8%), o que representa uma quota de mercado de 2,6%.
2. No canal electrónico/*online* para o segmento de acções, o Banco atingiu uma quota de mercado superior a 10% a que corresponde um 4º lugar com um aumento de +54% no volume transaccionado. Para o mesmo período o mercado teve uma diminuição de 2,9% no volume transaccionado. A repartição entre o canal *GoBulling web* e *GoBulling Pro* foi equilibrado 51%/49%.
3. Nos contratos de futuros intermediados o Banco terminou 2010 com uma quota de mercado de 53,4% em número de contratos mas com 30,9% em valor, o que representou uma duplicação face a 2009 em qualquer das duas metodologias de cálculo.
4. No mercado de CFDs + FX o Banco obteve 20% de quota de mercado, o que representa uma variação de +11% face a 2009 para um sector que teve uma variação de +31,1%. Este sector foi dominado pela entrada de várias soluções, ofertas e preços mais competitivos, mas em que predominou a menor variância e alguma constância dos valores mensais da marca *GoBulling*.

Produto Financeiro:	Quota Mercado 2008	Quota Mercado 2009	Quota Mercado 2010
Acções	2,1%	2,3%	2,6%
Mercado a Prazo Ordens recebidas online	18%	23%	20%
Futuros	16,9%	23,6%	30,9%

Fonte: CMVM - Quotas de mercado em volume

4) ÁREAS DE APOIO

Marketing

2010 caracteriza-se como um ano de sucesso em termos do retorno das acções e actividades de *Marketing* do Banco Carregosa.

As decisões estratégicas definidas em anos anteriores permitiram, em 2010, atingir consideráveis níveis de notoriedade e quotas de mercado junto dos *targets* de cada uma das marcas do grupo Banco Carregosa.

A nível institucional, o Banco Carregosa apoiou vários projectos de responsabilidade social, dos quais se destacam: Ciência Hoje - apoiando a presença da comunidade científica no Festival de Ciência de Cheltenham; Cruz Vermelha Portuguesa - ajudando as vítimas do terramoto do Haiti; Câmara Municipal do Funchal - reconstrução da cidade após a tragédia provocada pelas chuvas torrenciais em 2010.

A “Carregosa – Banqueiros Privados”, criada em 2009 especificamente para Clientes de Banca Privada, tem como ambição tornar-se uma verdadeira referência neste segmento de mercado. Apesar do elevado crescimento da base de Clientes, e considerando que a marca ainda está numa fase de maturação, optou-se por manter uma presença comunicacional discreta, focalizando os projectos e os eventos em acções de *Marketing* Relacional direccionados ao esclarecimento, satisfação e fidelização dos Clientes e Investidores.

Considerando a formação e a actualização de conhecimentos sobre produtos e mercados financeiros, cada vez mais imprescindíveis para os Investidores, o Banco Carregosa através da marca “Carregosa – Banqueiros Privados”, realizou durante o ano de 2010 vários *workshops* e seminários sobre estas temáticas.

Foram também apoiados eventos desportivos - Golfe, Ténis e Tiro - e culturais através da realização de exposições de arte.

Ainda, durante o ano de 2010, foi realizado um esforço no sentido de dotarmos os clientes de Banca Privada em Lisboa de um espaço próprio e adequado às necessidades específicas deste *target*. Neste sentido foram efectuadas consideráveis melhorias nas instalações do Banco, na Lapa, em Lisboa.

Quanto à GoBulling, marca especializada em Mercado de Capitais do Banco Carregosa, tem como objectivo prioritário continuar a consolidar a sua liderança em Portugal e em particular no segmento de mercado de corretagem *online*. A coerência estratégica definida em 2007, aquando do lançamento da marca, permitiu agora em 2010 continuar a obter excelentes resultados em todos os indicadores relevantes da actividade, nomeadamente, em quotas de mercado, conforme as estatísticas da CMVM.

No que diz respeito a acções de comunicação e campanhas publicitárias, o Banco Carregosa teve uma presença mais notória junto dos investidores através da marca *GoBulling*. Quanto ao investimento publicitário, a *GoBulling*, mesmo num ano de aumento concorrencial, sobretudo com a entrada de novos *players*, reforçou a sua actividade de *marketing*, aumentando a pressão e o investimento de comunicação particularmente nos formatos digitais.

Para além dos meios de comunicação social anteriormente utilizados, com elevada afinidade ao *target*, no ano de 2010 a *GoBulling* alargou o seu espectro comunicacional passando também a comunicar em meios digitais, de informação generalistas. Reforçou a aposta em investimentos publicitários em “motores de busca” *online* e optimizou os indicadores de posicionamento das pesquisas orgânicas (*SEO – search engine optimization*) na *internet*, onde a marca cada vez tem maior relevância.

Destaca-se ainda a presença contínua das várias marcas nas redes sociais *Facebook*, *Twitter* e *Linkedin*, onde se pretende manter os clientes permanentemente informados sobre os mercados e sobre as actividades do Banco.

No que respeita a investimentos em suportes tradicionais *Above the Line*, tais como televisão, imprensa e revistas, a *GoBulling* realizou uma campanha publicitária assente nas mais-valias e nos factores diferenciais da marca. Esta campanha foi apresentada em vários meios de comunicação social especializados em economia e mercados financeiros. Foi igualmente realizado um investimento para a criação de um anúncio publicitário televisivo difundido em horário nobre num canal noticioso por cabo, com elevada afinidade entre a sua audiência e o segmento de mercado em que a *GoBulling* deseja operar.

Tal como na área de Banca Privada, também foram realizados para os Clientes da *GoBulling* várias acções de formação e actualização de conhecimentos sobre produtos e mercados financeiros.

O Banco Carregosa através da marca *GoBulling*, esteve uma vez mais presente no “2º Fórum para a Poupança e Investimento” onde se apresentou com um *stand* em parceria com a *Optimize, Investment Partners*. Segundo a organização, a *GoBulling*, através da dimensão e atractividade do *stand*, das várias acções de divulgação, formação e promoção, destacou-se como sendo um dos principais pólos dinamizadores da feira.

Destacamos igualmente a celebração de protocolos com várias entidades que continuam a gerar excelentes resultados em termos da fidelização e captação de novos clientes na área de Corretagem *Online*. Desta forma, e para além das parcerias anteriormente celebradas das quais destacamos a DECO, a Optimus, e os CTT, durante o ano de 2010, foram realizados novos protocolos com a Ordem dos Economistas e com a ADIPIB (Associação para a Defesa dos Interesses de Pequenos Investidores em Bolsa). Uma vez mais e devido ao êxito alcançado, a parceria com a “*Optimize*” foi renovada por forma a manter uma oferta alargada em termos de produtos de investimento de poupança.

Relativamente a outras acções de *Marketing* direccionadas especificamente ao público-alvo da *GoBulling*, foram realizados vários projectos de patrocínios de várias actividades desportivas como a Vela, o *Squash* e o Automobilismo - *Karting*, “todo o terreno” e velocidade.

Uma vez mais o “Jogo da Bolsa”, patrocinado e organizado em parceria pela *GoBulling* com o Jornal de Negócios, foi um êxito o que faz com que continue a ser considerado como o maior jogo financeiro realizado em Portugal.

Quanto a estudos e inquéritos a Clientes, foi realizado durante o ano de 2010 um importante projecto. Pela primeira vez o Banco Carregosa realizou um inquérito de satisfação para os seus clientes de Mercado de Capitais. Este inquérito demonstra que a

estratégia definida pela marca *GoBulling* apresenta resultados muito positivos quanto à satisfação dos seus clientes. Destacamos os seguintes indicadores:

- Cerca de 90% dos Clientes consideram estar satisfeitos com a marca *GoBulling*;
- Cerca de 90% dos Clientes estão satisfeitos com o atendimento do “Apio ao Cliente *GoBulling*” destacando-se a rapidez e a eficiência do serviço;
- Mais de 85% dos investidores consideram que as equipas comerciais e de *trading* da *GoBulling* transmitem confiança, credibilidade e conhecimentos sobre produtos e mercados financeiros;
- Cerca de 80% dos Clientes destacam a facilidade de navegação do *website GoBulling* e mais de 90% consideram que o acesso à conta para negociação é rápido e de fácil utilização;
- Cerca de 75% dos investidores consideram as opções de investimentos e a oferta de mercados internacionais completa;
- Cerca de 75% dos nossos Clientes consideram o preço da *GoBulling* competitivo.

Apesar do negócio da *GoBulling* ser destinado maioritariamente a investidores *online*, foram também realizadas obras de melhorias das instalações em Lisboa por forma a recebermos de forma mais eficiente e confortável os Clientes que nos desejem visitar fisicamente.

Imagem Institucional

O Banco Carregosa atingiu valores *record*, nas principais métricas comumente usadas na disciplina de Comunicação Empresarial. O seu grau de exposição mediática, medido pelo número de notícias, pelo tipo de veículo (tipo de meio), pelo valor correspondente em publicidade (*Advertising Value Equivalent*), pelo grau de visibilidade (*Opportunities to see*) e pelo critério qualitativo (notícias positivas, neutras e negativas), ultrapassou todas as expectativas iniciais.

Para este resultado muito contribuiu a importância que os temas económicos atingiram em todos os meios de comunicação social, que destinaram grande parte do espaço informativo da actualidade aos mercados de dívida pública.

Neste contexto, o Banco Carregosa surgiu como um parceiro dos jornalistas nacionais e estrangeiros que procuraram obter o maior número possível de informações sobre a crise da dívida soberana dos países periféricos.

Este foi, sem dúvida, o tema que originou maior número de notícias e que despertou nos meios de comunicação generalistas (como a televisão e a rádio, e por isso com maiores audiências) maior interesse.

Apesar de ter sabido respeitar a discricão no grau de exposição, que desde sempre foi sua opção, o Banco Carregosa procurou prosseguir uma política de auxiliar dos jornalistas no seu trabalho diário. Não procurando ser notícia em nome próprio, o Banco Carregosa surgiu como fonte indispensável sempre que foi necessário explicar, interpretar ou comentar temas relacionados com os mercados financeiros. Mais do que alvo de notícia, o Banco Carregosa assumiu um perfil de fonte explicativa e interpretativa das notícias.

A postura institucional (quer do Banco Carregosa, quer da *GoBulling*) adoptada na área das *Media Relations* procurou sempre pautar-se pela disponibilidade e prontidão nas respostas às solicitações dos jornalistas, pela resposta apenas a solicitações onde se pudesse contribuir com uma forte *expertise*, dando preferência a intervenções de carácter técnico. Nesse sentido, o conhecimento técnico e a experiência profissional das equipas de Negociação em Mercados de Capitais e em Gestão de Activos foi crucial para fornecer dados e informações com valor para a Comunicação Social.

Em 2010, para cimentar ainda mais este perfil de fonte (mais explicativa, mais pedagógica e menos de fonte “*hard news*”) foi realizado um *workshop* para cerca de 25 jornalistas em “Mercados de Dívida”, tema que esteve no topo de actualidade. O mesmo esforço de promoção do conhecimento sobre mercados financeiros junto dos jornalistas prosseguirá em 2011.

Em síntese, apresentam-se alguns indicadores anuais, tal como avaliados por uma consultora externa independente, que não contemplam, contudo, a exposição atingida em *websites* nacionais (*internet*), nem em órgãos de comunicação social estrangeiros (*Financial Times, Washington Post, CCTV, Sky, Le Monde, MSNBC, CNBC, Reuters, Bloomberg, Associated Press, France Press, Globo, Terra, Veja, Forbes, Businessweek, TVE, etc.*).

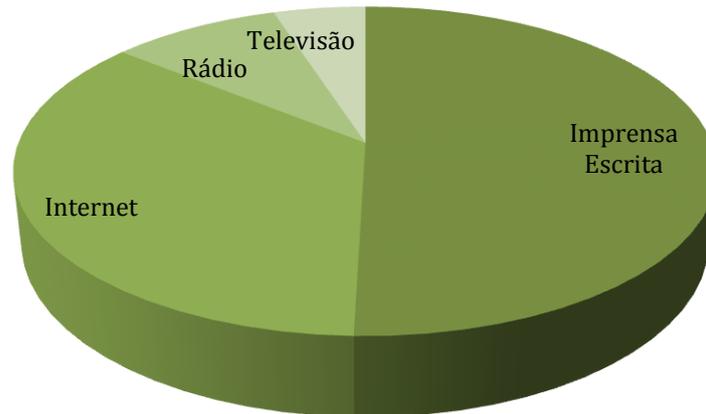
Media Relations - Dados Totais - 2010 vs. 2009

	2010	2009
Número total de notícias	1.205	258
<i>Advertising Value Equivalent</i> s (AVE)	€ 2.350.676	€486.340
<i>Opportunities to See</i> (OTS)	14.229.653 Pessoas	5.198.754 Pessoas

Em 2010, o Banco Carregosa gerou 1205 notícias, em 81 órgãos nacionais de Comunicação Social, resultando num valor equivalente em publicidade superior a 2,350 milhões de euros.

Das 1205 notícias, 630 foram publicadas pela imprensa escrita, 416 por *websites* de notícias da *internet*, 56 notícias foram peças emitidas pela televisão e 103 foram notícias emitidas pela rádio.

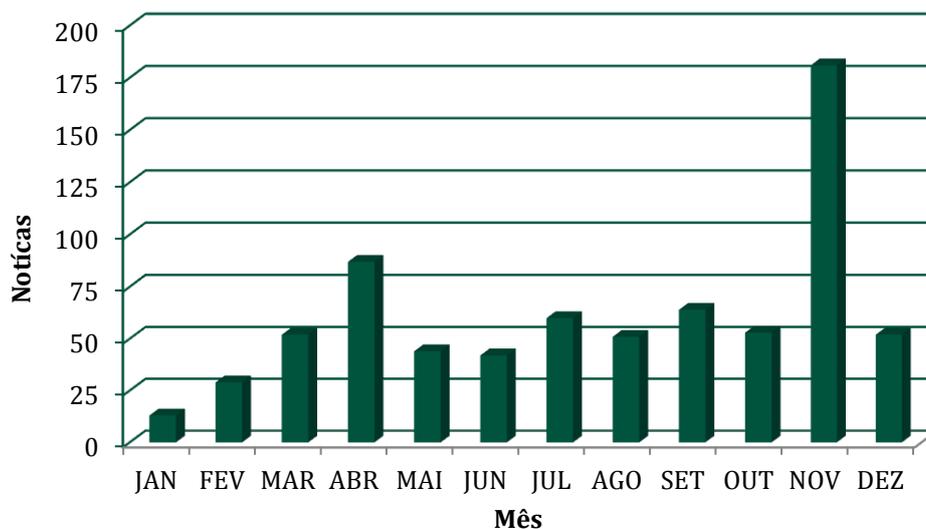
Notícias Banco Carregosa/GoBulling, por tipo de meio de Comunicação Social em 2010



Fonte: Manchete SA, Media Report 2010

Ao longo do ano, Novembro foi o mês que atingiu o maior número de notícias, 22% do total, o maior AVE, 39% do total e mais OTS, 21% do total.

Número de notícias Banco Carregosa avaliadas/ mês em 2010



Fonte: Manchete SA, Media Report 2010

Os meios de informação generalistas foram os que mais notícias publicaram (70%). Por outro lado, 54% das notícias foram publicadas em órgãos de imprensa escrita de âmbito nacional, 34% em meios *online*, 13% em meios audiovisuais. A televisão, com 56 peças emitidas, referindo o Banco Carregosa, foi o meio com a menor percentagem de notícias (4% do total), mas o que gerou maior retorno (65% do total do valor em AVE).

O número de notícias positivas ou neutras representa 99% do total das notícias publicadas, no período em análise. Quanto às oportunidades de contacto, o Banco Carregosa chegou a 14.229.653 pessoas.

5) SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

O Banco Carregosa reconhece que, para assegurar a sua sustentabilidade e estabilidade, é de fundamental importância a correcta e adequada implementação de um conjunto efectivo e eficaz de estratégias, sistemas, processos, políticas e procedimentos, apropriados por si e por todos os seus colaboradores, sustentados no seu *Sistema de Controlo Interno*.

Nesse sentido, este Sistema é suportado por três áreas funcionais: Função *Compliance*, Função de Gestão de Riscos e Função de Auditoria Interna.

Durante o ano de 2010, o trabalho destas três Unidades de Estrutura, independentes e com responsáveis distintos, totalmente segregadas desde Outubro 2009, foi efectuado tendo em conta o objectivo de reforçar a auto-regulação e a prevenção em matérias de supervisão e regulação, nomeadamente no que concerne ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo bem como de garantir o cumprimento das obrigações legais e de *reporting* a que o Banco se encontra sujeito.

A atenção dada a estas áreas funda-se na consciência dos desafios que se colocam em termos de Controlo Interno e do exigente caminho que o Banco tem vindo a percorrer.

Risco

O ano de 2010 foi o primeiro ano completo da existência do Departamento de Risco. Estruturaram-se as actividades de controlo, desenvolveram-se as ferramentas de suporte, os indicadores de risco e as linhas de reporte. Grande parte desta estrutura foi criada no âmbito do Projecto Basileia II, no qual o Departamento de Risco se envolveu e contribuiu significativamente para o resultado final.

No Projecto Basileia II reviram-se os cálculos de requisitos mínimos de fundos próprios em parceria com o Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão. Esta actividade foi integrada definitivamente no Departamento de Risco, sendo este, responsável pela sua validação periódica.

No decurso do projecto e na sua vertente de risco operacional, foram documentados os principais procedimentos do Banco com a respectiva ilustração por meio de fluxogramas detalhados. Os documentos suportam agora o Projecto de Gestão no Código do Banco Carregosa. De forma relacionada com os procedimentos operacionais, os riscos envolvidos foram identificados e classificados conforme as recomendações do Comité de Basileia. Em concordância com esta matriz e fruto da informação dos vários Departamentos, o Departamento de Risco regista as ocorrências de eventos de risco, permitindo, assim, o tratamento estatístico envolvendo também os riscos operacionais.

Ao nível de risco de crédito, colaborou no Manual de Concessão de Crédito, entretanto aprovado e implementado. Desenvolveu-se, ainda, um sistema de cálculo de probabilidades de incumprimento, de perdas e taxas de recuperação.

Relativamente ao risco de mercado, o Projecto centrou-se na criação de indicadores de mensuração, como o valor em Risco.

A produção de dados de controlo do Departamento de Risco, como elemento de apoio à gestão, encontra-se em fase de estabilização, embora em desenvolvimento e aperfeiçoamento permanente.

Desde Abril de 2010 que o Departamento de Risco emite um relatório diário com os seguintes dados sobre os activos e passivos do Banco:

- Alocação de activos e passivos;
- Saldos vencidos irregulares ou potencialmente irregulares;
- *Duration* média e a qualidade creditícia média das carteiras de títulos e depósitos a prazo;
- Valor em Risco (VAR) e sua evolução pelo método histórico, com horizonte a uma semana e com nível de confiança de 95% das posições na carteira de activos avaliados ao justo valor e na carteira de activos detidos para venda, em separado;
- Posição não coberta em moeda externa;
- Concentração de emitentes de posições de activos avaliados ao justo valor e detidos para venda de forma simples e ponderada por um factor relativo à qualidade creditícia e ao tempo até à maturidade;
- Índice de concentração simples e ponderado, conforme indicado na alínea anterior, apurado de forma análoga à estabelecida na Instrução 2/2010 do Banco de Portugal, para o cálculo do índice de concentração individual;
- Desfasamento de prazos de vencimento de depósitos a prazo activos contra passivos, numa base de 360 dias;
- Valor estimado da perda resultante da realização de activos para cobrir uma necessidade de liquidez idêntica à soma da liquidez de clientes;
- Valor estimado dos requisitos mínimos de fundos próprios para risco de crédito, de mercado (específico e geral) e cambial;
- Incumprimentos ao regulamento de delegação de competências, relacionados com a gestão da carteira de títulos e de depósitos a prazo;

Com a periodicidade recomendada, o Departamento elabora relatórios de controlo da actividade de Gestão de Carteiras individualizada e da actividade de Depositário de Organismos de Investimento Colectivo e de risco operacional, reportando violações às normas internas ou legais, dificuldades técnicas dos Departamentos e outros dados relevantes. Emite igualmente um relatório de risco operacional, com os principais eventos, com uma avaliação do processo de gestão de garantias e com a certificação das comissões recebidas na actividade desenvolvida na plataforma *GoBullingPro*.

Sempre que aconselhável, são concretizados testes de esforço para posterior reporte à Comissão Executiva e ao Director Central. Encontra-se em fase de aferição um novo modelo de análise prospectiva e dinâmica do balanço, resultados e requisitos mínimos de fundos próprios para utilização em análises de cenário.

Não obstante os relatórios periódicos, o Departamento elabora relatórios esporádicos de análise a situações de risco.

Compliance

A Função *Compliance* centrou a sua actuação, em 2010, na garantia do cumprimento dos deveres e obrigações a que o Banco, como intermediário financeiro, se encontra sujeito, nomeadamente no controlo efectivo do envio atempado de reportes às autoridades de supervisão e regulação, quer na vertente de acompanhamento, quer na vertente de divulgação de novas obrigações entretanto surgidas. Para esse efeito garantiu um acompanhamento regular dos normativos legais e regulamentares publicados com a divulgação e colaboração na implementação de medidas e procedimentos a adoptar.

Inclui-se, no âmbito de actuação do Departamento, a colaboração activa no processo de controlo de operações suspeitas de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Na relação com os seus clientes, o Banco Carregosa implementou um processo de análise e tratamento de reclamações que se encontra sob a responsabilidade deste Departamento. Aqui, a informação necessária à análise destas é recolhida e tratada por elementos independentes da área de negócios a que respeita a reclamação, com reporte directo à Comissão Executiva do Banco, sendo o Departamento igualmente responsável pelo seu seguimento e arquivo, com garantia da sua rastreabilidade futura.

Responsável pela elaboração do Relatório Anual de *Compliance*, este Departamento coopera com outros Departamentos das Unidades de Negócio e Operacional, com vista a garantir o cumprimento das regras a que cada um está obrigado, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento do *Projecto de Gestão Integrada de Processos - Código Banco Carregosa*, agregador dos processos e procedimentos da instituição.

Auditoria

A Auditoria Interna do Banco Carregosa é um Órgão de Staff que reporta à Comissão Executiva, estando incumbido de efectuar verificações e de avaliar os sistemas e procedimentos da Instituição, com vista a minimizar a probabilidade de fraudes, erros ou práticas ineficazes.

Num ambiente extremamente competitivo, todas as organizações devem procurar aumentar a sua eficiência e eficácia. A Auditoria Interna, enquanto função de avaliação independente, revela-se importante no apoio à gestão, quer através da sua função inspectiva quer através da sua função de assessoria para a racionalização de processos, evitando desperdícios e simplificando tarefas.

O ano corrente ficou marcado pela introdução de diversas alterações na organização do Banco Carregosa. Procedeu-se a um novo enquadramento funcional com a aprovação do

novo organograma da Instituição, autonomizando-se as funções de *Compliance*, Risco e Auditoria Interna. Foi aprovado pela Comissão Executiva o Manual de Auditoria e o Plano de Actividades, elaborado de acordo com o previsto na alínea a) do n.º1 do artigo 305º do Código dos Valores Mobiliários.

Para 2010 foi decidida a intervenção em determinadas áreas funcionais, com incidência nas de negócio e operacionais.

Com a finalização do processo de elaboração dos Manuais de Departamento de cada área funcional, a intervenção programada para 2011 será abrangente a cada uma das áreas e não por actividade. Este processo é de elevada importância para a Instituição e, estando totalmente documentados os diversos procedimentos, a Auditoria Interna poderá efectuar intervenções gerais a cada área de negócio e a cada função do grupo, verificando não só o cumprimento dos procedimentos descritos, mas também a sua eficiência e eficácia.

No âmbito da sua actividade, o Departamento de Auditoria colaborou no desenvolvimento e implementação do Projecto de Basileia II.

6) RECURSOS HUMANOS

Com vista a suprir as suas necessidades de recursos humanos, quer por via da diversificação das áreas de actuação, quer por via da crescente especificidade técnica da actividade, o Banco evoluiu de um quadro de pessoal composto por 60 colaboradores em Dezembro de 2008, para 72 colaboradores em Dezembro 2009, terminando o ano de 2010 com 76 colaboradores em Portugal e 2 em Espanha, num total de 78.

Este crescimento, quer quantitativo quer qualitativo, resulta da continuada aposta em estratégias de desenvolvimento do potencial humano da organização, com vista à melhoria contínua da Instituição. Os aumentos de 20% em 2009 e 8% em 2010, mostram já a tendência de estabilidade atingida neste último ano.

A idade média dos colaboradores manteve-se nos 39 anos, situando-se na franja considerada pelas instâncias internacionais, nomeadamente a OCDE, como um bom *benchmark*, apresentando uma distribuição equitativa nas faixas de até 30 anos; de 31 a 40 e de 41 a 50.

A distribuição por géneros mostrou uma crescente tendência de equilíbrio sendo que, no final de 2010, 58% dos Colaboradores do Banco eram homens e 42% eram mulheres.

Na prossecução dos seus objectivos, o Banco mantém uma particular atenção na formação académica dos seus colaboradores, dos quais 62% possuem licenciatura ou grau académico superior. É clara a preocupação sobre a adequação das competências de cada Colaborador às funções desempenhadas, sem se descurar as características individuais de cada um.

A distribuição dos colaboradores por área funcional era, no final de 2010, a seguinte:

Administradores	5
Órgãos de Staff	15
Unidades de negócio	33
Unidades Operacionais	25

Em finais de 2010, a distribuição geográfica dos colaboradores do Banco era a seguinte: Porto (59 colaboradores), Lisboa (14 colaboradores), Braga (3 colaboradores) e Espanha (2 colaboradores).

No final do ano de 2010 foi concretizada a internalização dos processos relativos à gestão administrativa de recursos humanos que, até à data, eram executados por entidade externa, subcontratada para o efeito, consolidando e aumentando competências no Departamento de Recursos Humanos do Banco.

VII. ANÁLISE ÀS CONTAS DE 2010

A volatilidade dos mercados e a crise da dívida soberana condicionou a actividade do Banco no ano que terminou.

Contas Individuais:

O activo do Banco cresceu cerca 37% em 2010 para 98 milhões de euros. Para este facto contribuiu de forma decisiva o aumento de recursos e de outras instituições financeiras, já que os recursos de clientes se mantiveram estáveis. O aumento do activo foi aplicado maioritariamente em títulos de dívida e aplicações em instituições financeiras. O crédito concedido a clientes sofreu um acréscimo de 83%, mas continua a representar 10.5% do activo.

A margem financeira aumentou 58% face ao ano anterior. Este aumento do activo e dos *spreads* de risco da dívida foram os factores chave para este incremento.

Os resultados da carteira de própria ascenderam a 274.236 euros, que compara com os 2.811.067 euros obtidos em 2009. Nem o valor obtido em 2009, nem o valor de 2010 poderão ser considerados “normais” para a carteira do Banco. Enquanto 2009 foi um ano excepcional para o mercado de dívida a recuperar da crise financeira de 2008, o ano de 2010 foi o ano da crise da dívida soberana com forte impacto na valorização da carteira.

Os rendimentos de serviços líquidos de comissões ascenderam a 4.220.143 euros que implicou um crescimento de 18.6% face a 2009. Assim, o produto da actividade ascendeu a 6.426.291 euros.

O Resultado Líquido individual em 2010 foi de €534.709 negativos.

O Banco apresenta no final de 2010 um rácio de solvabilidade de 25,9% que compara com o rácio de 21,3% determinado em 2009.

Contas Consolidadas:

O activo Consolidado cresceu cerca 33.8% em 2010 para 98,89 milhões de euros. Para este facto contribuiu de forma decisiva o aumento do activo do Banco.

O Resultado Líquido Consolidado em 2010 foi de €1.145.218 negativos, fruto dos resultados do Banco e dos contributos de cada uma das Empresas consideradas no perímetro de consolidação, após anulação dos movimentos recíprocos, com particular incidência para o Resultado negativo da Sociedade Lisbon Brokers, SA no valor de €657 679, em grande parte resultante do plano de reestruturação iniciado no segundo semestre de 2010.

VIII. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE - INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração do Banco Carregosa, declaram que:

(i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2010, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;

(ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Carregosa relativas aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2010, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de Fevereiro;

(iii) tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Carregosa e do Grupo, de acordo com as referidas Normas e foram objecto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 02 de Maio de 2011;

(iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do Banco Carregosa e do Grupo no exercício de 2010.

IX. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se verificaram eventos subsequentes após a data do balanço que, de acordo com o disposto na “IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras.

X. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C

Esclarecemos que a sociedade e as suas filiais, não tem quaisquer dívidas em mora ao Sector Público Estatal.

O Banco não detém, não adquiriu nem vendeu acções próprias.

Nos termos do art.º 397º do C.S.C., não foram referenciados actos enquadrados nos art.ºs 1) a 3), não existindo por isso referências a autorizações concedidas por deliberação do Conselho de Administração, nem pareceres proferidos sobre as mesmas, por parte do Conselho Fiscal.

Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas consolidadas e individuais (notas 29/30 e nota 31, respectivamente), os honorários totais facturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas relativamente à revisão legal das contas anuais e os honorários facturados relativamente a outros serviços de garantia e fiabilidade, os honorários totais facturados a título de consultadoria fiscal e os honorários totais facturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

As implicações resultantes da incorporação obrigatória das NCA's e das normas contabilísticas internacionais, encontram-se integralmente realizadas.

XI. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Considerando a entrada em vigor da Lei 28/2009, de 19 de Setembro, que estabelece o regime de aprovação e de divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das entidades de interesse público, estas reguladas no Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro.

Considerando que, no seu art.º 3º, esta citada lei determina que as entidades de interesse público, devem divulgar nos seus documentos anuais de prestação de contas a política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

Considerando ainda que o Banco de Portugal, a propósito desta matéria, emitiu o Aviso 1/2010 e a Carta-Circular 2/2010, a cujas directrizes se pretende dar pleno acolhimento.

Apresenta-se, formalmente, os traços gerais desta política, cujo seguimento e cumprimento é praticado pela Instituição.

Política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco L. J. Carregosa, S.A.

- A política de remunerações dos Órgãos de Administração e de Fiscalização é definida por uma Comissão de Remunerações cuja constituição e funcionamento estão previstos nos Estatutos Societários.
- Esta Comissão, eleita para o triénio de 2009/2011 é constituída pela Sra. Dra. Maria Cândida Cadeco da Rocha e Silva (Presidente), Sr. Jorge Manuel da Conceição Freitas Gonçalves e Sr. Dr. Mário Branco Trindade.
- A *Política de Remuneração* considerada pela Comissão como a adequada à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida por esta Instituição, determinou a não existência de componentes variáveis de remuneração para os Órgãos de Administração e de Fiscalização.
- Na última reunião da Comissão, as remunerações fixas mensais estabelecidas para os membros dos Órgãos de administração foram: Presidente do Conselho de Administração: € 4.000,00; Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração: € 6.000,00; Vogais da Comissão Executiva do Conselho de Administração: € 5.800,00.
- As remunerações fixas mensais serão pagas na base de 14 meses/ano;

- A política de remunerações será objecto de revisões periódicas, no mínimo anuais;
- Os membros que integram a Comissão Executiva do Banco Carregosa só exercerão cargos sociais noutras empresas em representação ou no interesse do Banco Carregosa, sendo as remunerações por si auferidas pelo exercício desses cargos consideradas na remuneração global, determinada pela Comissão de Remunerações.
- Pelo exercício das respectivas funções, os membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização do Banco L. J. Carregosa, S.A. não recebem compensações adicionais às que são comunicadas.
- Não foram estabelecidas remunerações fixas ou variáveis para os Membros do Conselho Fiscal para vigorarem no ano de 2010.
- Os membros da Comissão de Remunerações não auferirão qualquer remuneração pelo desempenho deste cargo.
- Em caso de destituição dos membros do Conselho de Administração, é política do Banco Carregosa o pagamento das compensações previstas na lei. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios dos restantes colaboradores.

Remuneração dos restantes Colaboradores do Banco L. J. Carregosa, S.A.

A política e a fixação das remunerações dos restantes Colaboradores do Banco Carregosa são estabelecidas pela Comissão Executiva do Conselho de Administração.

- Sempre que necessárias, são auscultadas as pessoas que integram as unidades de estrutura responsáveis pelas funções de controlo, de recursos humanos, ou peritos externos, de forma a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos, capital e liquidez da Instituição;
- O processo de fixação das remunerações pauta-se pelos valores da justiça e equidade, da proporcionalidade, da responsabilidade e do equilíbrio entre funções e Colaboradores.
- Os Colaboradores a que se refere o N.º 2 do Art.º 1.º do Aviso N.º 1/2010 do Banco de Portugal, não auferem remunerações com componente variável.

XII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se, nos termos da alínea f) n.º5 do artigo 66.º, e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, e do artigo 23.º dos estatutos da Sociedade que, o Resultado Líquido do Exercício (negativo) no valor de **534 709 €** (quinhentos e trinta e quatro mil e setecentos e nove euros) tenha aplicação em **RESULTADOS TRANSITADOS**.

XIII. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Accionistas a confiança que nele depositaram para a condução dos negócios societários, envolvendo nestes agradecimentos:

O Banco de Portugal e a CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários - pela compreensão e pelo diálogo frutuoso mantido neste exercício;

Aos Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, por toda a cooperação demonstrada;

Aos colaboradores do Banco pelo empenho e total dedicação que souberam corporizar neste projecto que a todos continua a motivar.

XIV – CONTAS CONSOLIDADAS ANÁLISE E ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO 2010

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(NIC/NIRF)

(valores em euros)

	Notas / Quadros anexos	31-12-2010			31-12-2009 (PRO- FORMA)
		Valor antes de provisões imparidade e amortizações	Provisões imparidade e amortizações	Valor Líquido	Valor Líquido
		1	2	3=1-2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	1.205.192	0	1.205.192	613.495
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	13.761.401	0	13.761.401	12.159.646
Activos financeiros detidos para negociação	5	21.998.445	0	21.998.445	24.538.264
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	6	11.726.746	0	11.726.746	2.311.354
Aplicações em instituições de crédito	7	30.824.810	0	30.824.810	21.658.187
Crédito a clientes	8 e 17	9.726.556	(136.779)	9.589.777	5.544.807
Investimentos detidos até à maturidade	9	6.246	0	6.246	6.328
Activos com acordo de recompra		0	0	0	0
Derivados de cobertura		0	0	0	0
Activos não correntes detidos para venda	10	175.000	0	175.000	175.000
Propriedades de investimento		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	11	7.475.606	(3.261.686)	4.213.920	4.271.167
Activos intangíveis	11	2.687.295	(2.216.798)	470.497	162.640
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0	0	0	9
Activos por impostos correntes	12	293.083	0	293.083	8.684
Activos por impostos diferidos	13	18.060	0	18.060	66.602
Outros activos	14	4.658.913	(47.667)	4.611.246	2.368.189
Total de Activo		104.557.353	(5.662.930)	98.894.422	73.884.372

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(NIC/NIRF)

(valores em euros)

Passivo e Capital	Notas / Quadros anexos	31-12-2010	31-12-2009 (PRO-FORMA)
Passivo			
Recursos de bancos centrais		0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	15	115.546	200.821
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	0
Recursos de outras instituições de crédito	16	45.054.578	18.577.153
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	23.966.462	22.520.825
Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Passivos não correntes detidos para venda		0	0
Provisões		0	0
Passivos por impostos correntes	18	19.947	559.405
Passivos por impostos diferidos		0	0
Instrumentos representativos de capital		0	0
Outros passivos subordinados		0	0
Outros passivos	19	10.365.638	11.005.164
Total de Passivo		79.522.171	52.863.368
Capital			
Capital	20	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão	20	369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		0	0
Acções próprias		0	0
Reservas de reavaliação	20	(289.253)	(86.677)
Outras reservas e resultados transitados	20	1.758.625	1.308.267
Resultado consolidado do exercício	20	(1.145.218)	660.358
Dividendos antecipados		0	0
Total de Capital Próprio atribuível ao Grupo		18.193.411	19.751.204
Interesses Minoritários	21	1.178.840	1.269.800
Total de Capital Próprio		19.372.251	21.021.004
Total de Passivo + Capital		98.894.422	73.884.372

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
(NIC/NIRF)

(valores em euros)

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2010	31-12-2009 (PRO-FORMA)
Juros e rendimentos similares	22	2.513.830	1.903.854
Juros e encargos similares	22	(581.427)	(685.642)
Margem financeira		1.932.404	1.218.212
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	23	7.991.617	6.935.026
Encargos com serviços e comissões	23	(3.636.156)	(2.738.662)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	24	(1.426.775)	2.628.775
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	25	954.821	525.970
Resultados de reavaliação cambial	26	745.908	(339.811)
Resultados de alienação de outros activos	27	110.358	1.500
Outros resultados de exploração	28	(179.317)	(76.148)
Produto da actividade		6.492.862	8.154.862
Custos com pessoal	29	(3.929.961)	(3.208.800)
Gastos gerais administrativos	30	(2.989.935)	(3.118.694)
Depreciações e amortizações	31	(597.188)	(524.723)
Provisões líquidas de anulações		0	0
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	32	(48.740)	15.133
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	33	0	(34.793)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	34	(46.668)	(568)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		0	0
Resultado antes de impostos		(1.119.631)	1.282.417
Impostos			
Correntes	35	(68.004)	(627.542)
Diferidos	36	(48.542)	(45.337)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos accionistas		(1.236.177)	609.539
Interesses Minoritários	37	90.959	50.819
Resultado consolidado do exercício		(1.145.218)	660.358
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

As notas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada para o período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)

	31-12-2010	31-12-2009 (PRO-FORMA)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	10.377.857	8.257.935
Pagamento de juros e comissões	(4.341.983)	(3.061.242)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(6.956.571)	(6.400.602)
Recursos de instituições de crédito	18.881.133	17.339.680
Outros activos e passivos operacionais	(369.367)	(22.038.041)
Outros recebimentos de clientes	(2.149.147)	5.597.504
Impostos sobre lucros	(903.913)	159.323
Caixa líquida das actividades operacionais	14.529.734	(145.439)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	(9.617.968)	7.005.168
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(1.174.517)	(579.513)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	361.137	84.331
Investimentos em empresas filiais e associadas	(289.369)	15.087
Caixa líquida das actividades de investimento	(10.712.446)	6.525.072
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	5.000	2.500
Dividendos pagos	-	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	5.000	2.500
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	3.822.293	6.382.130
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	33.193.859	26.811.729
Caixa e equivalentes no fim do exercício	37.016.152	33.193.859

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 de DEZEMBRO de 2010
(ACTIVIDADE CONSOLIDADA)

(Valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Transf.	Regularizações			Valor de aquisição ajustado	Amortizações do exercício ajustadas	Amortizações acumuladas ajustadas	Valor líquido em 31/12/2010
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					Valor bruto	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas				
<u>Outros Activos Intangíveis</u>													
Sistemas de Tratamento de Dados (Software)	1.141.304	(997.856)	67.600	(102.499)	-	-	(225)		1.141.304	(102.274)	(997.856)	108.775	
Despesas de Estabelecimento	498.364	(498.364)	-	-	-	-	-		498.364	-	(498.364)	-	
Custos Plurianuais	595.458	(595.458)	-	-	-	-	-		595.458	-	(595.458)	-	
Activos Intangíveis em Curso	19.192	-	347.697	-	-	(185.994)	-		19.192	-	-	180.895	
Outros Activos Intangíveis	17.681	(17.681)	-	(5.167)	-	185.994	-		17.681	(5.167)	(17.681)	180.827	
	2.271.998	(2.109.358)	415.297	(107.666)	-	-	(225)		2.271.998	(107.440)	(2.109.358)	470.497	
<u>Activos Tangíveis</u>													
Imóveis	129.981	(3.285)	247.514	(2.636)	(69.898)	100.422	(5)		129.981	(2.631)	(3.285)	402.103	
Equipamento	3.752.230	(2.637.349)	358.146	(458.343)	(31.680)	-	(3.760)		3.752.230	(454.583)	(2.637.349)	986.763	
Activos em Locação Financeira	927.977	(343.519)	368.570	(28.544)	(545.520)	-	(959)		927.977	(27.585)	(343.519)	379.922	
Activos Tangíveis em Curso	2.445.132	-	100.422	-	-	(100.422)	-		2.445.132	-	-	2.445.132	
Outros Activos Tangíveis	150	150	-	-	-	-	-		150	-	150	-	
	7.255.470	(2.984.003)	1.074.652	(489.523)	(647.098)	-	(4.723)		7.255.471	(484.799)	(2.984.003)	4.213.920	
TOTAIS	9.527.468	(5.093.361)	1.489.949	(597.188)	(647.098)	0	0	(4.949)	0	9.527.468	(592.239)	(5.093.361)	4.684.417

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração da Variação nos Capitais Próprios em 31 de Dezembro de 2010 (Consolidado)

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior (PRO-FORMA)	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final consolidado do exercício
Capital realizado	17.500.000				17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reserva de reavaliação	(86.677)			(222.490)	(309.168)
Reserva legal	333.597	101.593			435.190
Reserva de variações cambiais	0	19.915			19.915
Outras reservas	430.933			(355.571)	75.362
Resultados transitados	543.737	914.336		(210.000)	1.248.072
Resultado consolidado do exercício	660.358		(660.358)	(1.145.218)	(1.145.218)
Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo	19.751.204	1.035.844	(660.358)	(1.933.279)	18.193.411
Interesses Minoritários	1.269.800			(90.959)	1.178.840
Total Capitais Próprios	21.021.004	1.035.844	(660.358)	(2.024.239)	19.372.251

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O exercício de 2010 foi para o Banco L.J. Carregosa, S.A., (adiante designado por “Banco Carregosa”, “Sociedade” ou “Grupo Carregosa”, quando tratado em termos consolidados), o segundo exercício completo de actividade como Instituição de Crédito.

Com a alteração da sociedade ocorrida em 2008, a actividade do Banco Carregosa converteu-se para o exercício da actividade bancária e de todas as outras actividades expressamente autorizadas nos termos da lei, tendo sido fixado em 4 de Novembro de 2008 o início de tal actividade.

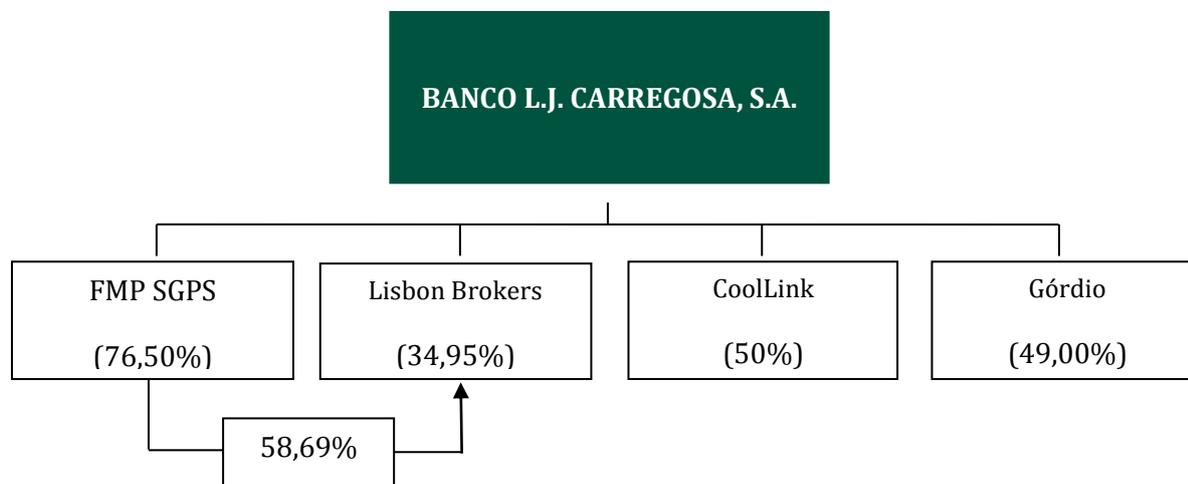
Para além do crescimento orgânico em resultado da alteração da actividade, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a actividade enquanto Instituição de Crédito, será também importante referir que, durante estes dois exercícios o Banco Carregosa adquiriu uma participação de 19,99% na sociedade “Optimize Investment Partners – SGFIM”, em Outubro de 2009 e, em Março de 2010, adquiriu igualmente, directa e indirectamente, 84,84% de participação no capital da sociedade de corretagem “Lisbon Brokers, SA” e 76,50% da sociedade Francisco Marques Pereira, SGPS, SA, em parceria com o Accionista “Imocarregosa, SA”. De referir que esta ultima sociedade detinha em 31 de Dezembro, 10% de acções próprias.

Sociedades que integram o Grupo em 31.12.2010

Actividade	Sede	Capitais Próprios	Activo	Lucro Prejuízo	Participação Efectiva	Método Consolidação
BANCA						
Banco L.J. Carregosa, SA	Portugal	19.017.545	97.899.903	(534.709)	-	Integral
CORRETAGEM						
Lisbon Brokers, SA	Portugal	(348.425)	421.949	(657.679)	84,84%	Integral
SOCIEDADES GESTORAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS						
Francisco Marques Pereira, SGPS, SA	Portugal	1.401.291	1.426.651	(87.752)	76,50%	Integral
SOCIEDADES IMOBILIÁRIAS						
Górdio, SA	Portugal	(103.498)	594.287	(5.053)	49,00%	Integral
SOCIEDADES SERVIÇOS INFORMÁTICOS						
CoolLink, Lda	Portugal	(110.878)	184.700	49.015	50,00%	Integral
TOTAIS		20.986.658	100.527.490	(1.231.157)		

Nota: Os valores reportam-se a saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação

Perímetro de Consolidação



Em resultado deste novo perímetro, o Banco Carregosa passou a realizar consolidação de contas e *reporting* para efeitos de supervisão, ocupando um lugar central no Grupo, tanto pelo desenvolvimento de actividades exclusivas, como pelo tamanho relativo do capital e dos riscos. O Grupo apresentou um prejuízo líquido de € 1.145.218, ou seja 6,22% dos capitais próprios, tendo o seu capital sido reduzido para € 18.406.210 e os seus fundos próprios para € 17.704.567.

Com referência a 3 de Janeiro de 2011, o Banco de Portugal aprova as condições propostas pelo Banco Carregosa relativa às prestações acessórias no valor de €600 000 junto da Lisbon Brokers, SA de modo a que os respectivos recursos possam ser contabilizados como elemento positivo no cômputo dos fundos próprios de base.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

As demonstrações financeiras Consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do Banco Carregosa e das suas filiais e foram processadas de acordo com as normas Internacionais de relato financeiro ou *International Accounting Standards* (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro.

Tendo em consideração as aquisições ocorridas em 2010, a comparabilidade entre exercícios, foi feita em base pró-forma, para o ano de 2009.

Consolidação de Empresas Filiais (IAS 27,28 e IFRS 3)

O Banco carregosa detém, directa e indirectamente participações financeiras em empresas filiais. São estas assim consideradas em virtude do Banco deter o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais de cada empresa.

Estas mesmas empresas são consolidadas pelo método integral. As transacções e os saldos entre empresas são eliminados no processo de consolidação, sendo o valor do capital, reservas e resultados resultante do valor de participação de terceiros, relevados na rubrica de interesses minoritários.

O Resultado consolidado apurado resulta dos resultados líquidos do Banco e das suas filiais na proporção da participação efectiva, após ajustamentos de consolidação, nomeadamente a eliminação de custos e proveitos em resultado de transacções efectuadas entre estas e como tal consideradas no respectivo perímetro de consolidação.

2.2 Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas agora enunciadas são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Carregosa.

2.2.1 – Operações em Moeda Estrangeira

As Demonstrações Financeiras das Empresas do Grupo em moeda estrangeira são previamente convertidas para a moeda euro, com base no câmbio de divisas (fixing) divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

A conversão para a moeda euro dos activos e passivos expressos em moeda diferente é efectuada com base no câmbio à data de Balanço.

Os custos e proveitos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio do mês em que são reconhecidos.

2.2.2 - Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

2.2.3 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

2.2.4 - Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são calculados e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.2.5 - Activos financeiros detidos até à Maturidade

Esta rubrica inclui activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Estes investimentos são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

As perdas por imparidade reconhecidas em investimentos financeiros detidos até à maturidade são registadas em resultados do exercício. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

2.2.6 - Créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.
- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pelas Sociedades, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7 - Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8 - Imparidades

Mensalmente, os créditos e valores a receber e garantias são sujeitos a testes de imparidade. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados do exercício. No caso de, em períodos futuros, se verificar uma redução da perda estimada, a imparidade inicialmente registada é igualmente revertida por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando existe evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda *loss event* após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado.

2.2.9 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.10 - Provisões

O Grupo Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003.

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i) Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito, bem como dos valores a receber de outros devedores.

2.2.11 - Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo.

Anos:

Equipamento:

Equipamento de transporte 4 – 8

Mobiliário e material 8 – 16

Equipamento informático 3 – 8

Outras imobilizações corpóreas 5 – 20

2.2.12 - Activos intangíveis

O Banco e as suas filiais registam nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.13 - Outros Passivos Financeiros - Recursos de Outras Instituições de crédito, Recursos de clientes, Outros empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.14 - Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos a estes possam ser determinados com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.15 - Impostos sobre os Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente. O Banco Carregosa bem como as empresas filiais com sede localizada em Portugal, estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

2.2.16 - Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à

medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.17 - Comissões por serviços prestados

O Grupo Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.18 - Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Colectivo Vertical de Trabalho para o Sector Bancário* (ACTV) como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada ou invalidez ou por sobrevivência, pela constituição de um *Plano de Pensões de Benefício Definido*. Este Plano segue o estabelecido no ACTV e está sujeito às exigências estabelecidas pelo Banco de Portugal, nomeadamente pelo seu Aviso Nº 12/2001 e posteriores actualizações.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesger. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a “BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA”, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%). Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Como anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o

método “*Projected Unit Credit*”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço (“Corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor, são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco, em 2010, externalizar este benefício junto da Multicare, abrangendo todos os colaboradores e mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.3. Gestão do risco

2.3.1 Função de Gestão de Risco

A gestão de risco é composta pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos materialmente relevantes aos quais o Banco se encontra sujeito, mantendo-os em níveis dentro dos limites determinados pela Comissão Executiva. Pretende-se com isto que o Banco não se veja obrigado a alterar a sua estratégia, nem incorra em perdas que afectem materialmente a situação financeira da Instituição.

Desta forma, a política de gestão de riscos visa manter, em permanência, a adequada relação entre os capitais próprios e a actividade desenvolvida.

Deseja-se ainda o apuramento de um factor de ajustamento às rentabilidades das operações efectivas e potenciais, com o objectivo de:

- a) Permitir a fixação de um *pricing* das operações adequado às perdas potenciais;
- b) Homogeneizar e comparar;
- c) Seleccionar as operações que se encontram na fronteira de máxima eficiência de risco/retorno;
- d) Seleccionar as operações que mais se adequam à nossa estratégia;
- e) Analisar as sinergias das operações;
- f) Obter uma medida de risco/retorno do Banco como um todo.

2.3.2 Estrutura Orgânica da Gestão de Risco

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, na qual o Conselho de Administração, em 5 de Maio de 2009 delegou os poderes de gestão que não sejam indisponíveis face à Lei, aos Estatutos ou ao seu Regulamento, é a instância máxima na monitorização e gestão de riscos e alocação de capital.

Dada a importância do risco na fidúcia, a Comissão Executiva procura, em primeiro lugar, incutir a todos os Departamentos e Colaboradores uma cultura de avaliação cuidada do risco.

Não obstante, o Banco mantém uma estrutura com funções específicas na gestão do risco.

Nestas funções, é auxiliada pela Comissão de Activos e Passivos (ALCO), com funções consultivas. Este órgão reúne pelo menos mensalmente, tendo como membros a Comissão Executiva, o Director do *Private Banking*, o Director Financeiro e o Responsável pela Gestão de Carteiras. Destas reuniões são emanadas recomendações relativamente à captação de recursos e sua aplicação, por maioria dos votos presentes, tendo o Presidente da Comissão Executiva voto de qualidade em caso de empate.

O Director Financeiro gere a carteira própria, de acordo com as recomendações do ALCO e decisões da Comissão Executiva. No exercício dessa sua atribuição, gere as posições de cobertura cambial dentro dos limites de exposição pretendidos pelo Banco.

O Departamento de Risco identifica, monitoriza e controla, numa perspectiva qualitativa e quantitativa os riscos, transmitindo à Comissão Executiva os resultados, por meio de reportes, quer regulares quer esporádicos, detectando eventuais deficiências e propondo medidas correctivas.

O *Departamento de Contabilidade e Informação de Gestão* procede à contabilização das operações e à elaboração de reportes financeiros de uso estratégico e de gestão para a Comissão Executiva.

A *Auditoria Interna*, através de uma actuação atempada, é responsável por prevenir a eclosão de fraudes ou de outro tipo de comportamentos lesivos, quer morais quer materiais, antiéticos ou, simplesmente, de natureza desviante para a Instituição.

O Departamento de *Compliance* assegura a constante sindicância do cumprimento das normas prudenciais a que o Banco se encontra sujeito, através, entre outros, do acompanhamento e da avaliação regular da adequação e da eficácia das medidas e procedimentos adoptados para detectar qualquer risco de incumprimento das obrigações legais e deveres a que a instituição se encontra sujeita, bem como das medidas tomadas para corrigir eventuais deficiências no respectivo cumprimento.

A Comissão Executiva garante agilidade na tomada de decisões e, com o apoio do Director Central, dissemina as estratégias e decisões em termos de adequação de capital e gestão de riscos.

A segregação e independência de funções de todas as áreas no Banco Carregosa é assegurada pelo reporte directo à Comissão Executiva.

Neste sentido, a estrutura organizacional afigura-se adequada para garantir a segregação de funções e responsabilidades no processo de gestão, o que facilita o cumprimento do quadro normativo de controlo de risco, minimizando a ocorrência de conflitos de interesse entre as áreas de negócio, de risco e controlo.

Para a prossecução dos seus objectivos, o Banco encontra-se dotado de uma ferramenta informática central onde se encontra reunida toda a informação, com as devidas políticas de segurança. A gestão da rede informática do Banco encontra-se também dotada de políticas de segurança eficazes. O tratamento contabilístico é executado através do programa *Smartstream* e a gestão das contas de fornecedores através do programa *Primavera*, com os devidos níveis de segurança. Em paralelo com os sistemas apresentados utilizam-se ferramentas de análise de risco da *Bloomberg* e da *Reuters*, para o controlo do risco de mercado.

O Banco Carregosa desenvolve os seus melhores esforços para garantir que o processo de gestão de risco seja um processo de melhoria contínua e de permanente reavaliação da adequação dos recursos às necessidades.

a) Risco de Crédito

Por risco de crédito entende-se a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento por parte de cliente ou contraparte das obrigações contratuais estabelecidas com o Banco.

A maior parte das operações de crédito concedido pelo Banco, aos seus clientes, visam a aquisição de valores mobiliários.

A monitorização em tempo útil dos saldos dos clientes, vencidos e por vencer, assim como o valor das ordens que transmitem para os mercados, associado ao valor dos activos conosco depositados e ao perfil dos clientes, permite uma gestão deste tipo de risco segundo critérios fixados pela administração. O Departamento de Risco dispõe de um sistema de informação que permite tempestivamente, controlar a conformidade das garantias prestadas pelos clientes com o nível de crédito concedido.

Acresce a possibilidade contratual do Banco encerrar posições ou vender valores mobiliários que colateralizam os empréstimos perante a quebra dos rácios acordados. A segurança implícita aos mesmos faz com que as alterações do preço de colaterais, mesmo no cenário mais negativo plausível, não tenham repercussões significativas nos capitais próprios.

b) Risco de Mercado

Por risco de mercado entende-se como a possibilidade de ocorrerem perdas resultantes da eventual alteração adversa do valor dos activos que compõe a carteira do Banco. A alteração do valor dos activos pode ser motivada pela alteração das taxas de juro, taxa de câmbio, prémio de risco ou activos subjacentes aos títulos.

O ALCO (Comité de Activos e Passivos) define a alocação dos activos tendo em atenção os vários tipos de risco incorridos. Diariamente o Departamento Financeiro executa a alocação definida. O Departamento de Risco monitoriza os riscos incorridos e o cumprimento das normas de delegação de competências, no que concerne à gestão corrente das aplicações do Banco. A Comissão Executiva – Administrador do Pelouro - é informada das operações efectuadas.

O peso das operações realizadas em mercados organizados, nomeadamente na Euronext (com contraparte central e câmara de compensação), limita o risco de contraparte. Acresce que procuramos sempre garantir o princípio de DVP (entrega contra pagamento) mesmo em operações OTC (operações fora de mercado).

c) Risco Operacional

O risco operacional entende-se como o risco de ocorrerem eventos com impacto negativo, nos resultados ou no capital, resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas, de sistemas de informação ou de causas externas, incluindo o risco jurídico.

O risco operacional deve ser avaliado a dois níveis distintos: a nível técnico e a nível organizacional. Ao nível técnico, a sociedade sempre optou por um investimento relevante na informatização e, em consequência dessa política, dispõe dum sistema de informação exemplar e duma grande flexibilidade e fiabilidade nos processos operativos que coloca em produção. Os sistemas de informação do Banco Carregosa contêm dados privados financeiros e pessoais considerados sensíveis e confidenciais. O acesso a esses sistemas é limitado exclusivamente aos colaboradores do Banco Carregosa e ao pessoal sob contrato que, com enquadramento prévio apropriado, esteja envolvido no desenvolvimento ou operação do sistema ou ainda cujo trabalho envolva gravar, rever ou recuperar esses dados. Este privilégio tem como base a confiança e a boa-fé e está devidamente documentado.

Ao nível organizacional, em particular nos meios e na forma de reporte, de acompanhamento do risco e das regras e políticas com ele relacionadas, foi necessário redefinir e procurar um novo compromisso entre os interesses comerciais e os riscos envolvidos.

Este trabalho foi coordenado, por forma a manter relações com os procedimentos e permitir a sua análise estatística. Os controlos apontados na matriz foram testados por uma consultora externa. As incoerências detectadas foram apresentadas à Comissão Executiva, que está a coordenar os melhoramentos aos procedimentos. Pretende-se, em primeira linha, com isto:

- Criar a base de ocorrências para monitorizar a matriz de riscos;
- Identificar os procedimentos onde devem ser tomadas medidas extraordinárias;
- Obter uma medida de risco operacional da Sociedade.

Na mitigação do risco operacional destacam-se também as estruturas de reporte interno, os planos de contingência, as acções da Auditoria Interna e os planos de formação de Colaboradores. Refere-se ainda que o plano de continuidade de negócio está a ser revisto por forma a alinhá-lo com as melhores práticas indicadas pelo Banco de Portugal.

O historial de perdas, até agora experimentado, não é material face aos volumes de operações e/ou ao total dos proveitos.

d) Risco de Liquidez

Entende-se como risco de liquidez a possibilidade do Banco ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades no vencimento ou a incorrer perdas significativas para o seu cumprimento. O risco de liquidez deriva do desajuste dos prazos entre os vencimentos dos activos e passivos do Banco.

O Banco privilegia as aplicações em depósitos noutras instituições de crédito e em títulos negociáveis, evitando assim a ocorrência de quebras de tesouraria. A Comissão Executiva e os intervenientes na Gestão da Carteira Própria recebem diariamente um relatório do Departamento de Risco com a análise da alocação de activos, passivos e extrapatrimoniais, com estimações de requisitos mínimos de fundos próprios, informação sobre concentração de contrapartes, *mismatches* e com a simulação do impacto da redução drástica da exposição, por necessidades de liquidez. Mensalmente, o ALCO analisa o *mismatch* das operações activas e passivas, sugerindo alterações/correções nos prazos.

A curto prazo, prevê-se a adesão ao sistema TARGET2, que abrirá um canal para a gestão de liquidez, importante, nomeadamente, para o plano de continuidade de negócio.

Face aos valores descritos, consideramos ter o Banco o seu risco de liquidez totalmente controlado.

3. NOTA PRÉVIA:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, em conformidade com as Normas Internacionais de relato Financeiro e compostas pelas rubricas seguintes, considerando-se para o ano de 2009, o efeito pró-forma das aquisições efectuadas em 2010.

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Caixa	1 739	8 134
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	1 203 453	605 361
	1 205 192	613 495

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em Outras de Crédito

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
Residentes	8 099 467	9 649 355
Não Residentes	5 661 934	2 510 291
	13 761 401	12 159 646

3.3 Activos Financeiros detidos para Negociação

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Títulos de Negociação		
Títulos	21 998 445	24 538 264
Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo	0	0
	21 998 445	24 538 264

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valores Unitários		Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
		Nominal	Cotação/Preço			Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
Banco BCP 5,625 (*)	1.000.000	1	85,66%	997.070	856.647	-	140.423	-
BCP 3,75% - 2011 (*)	5.050.000	1	97,59%	4.992.009	4.928.169	-	63.840	-
BCPPLFloat 02/13 (*)	1.000.000	1	82,22%	997.770	822.184	-	175.586	-
BRIPL 4,5 12/16 (*)	1.500.000	1	94,06%	1.381.527	1.410.934	29.408	-	-
BRIPL 4,5 12/16 (*)	76.000	1	94,06%	69.997	71.487	1.490	-	-
Portucel Float 10/2012	31.000	1	99,40%	31.000	30.814	-	186	-
Ren Redes Energéticas 6, 375% - 12/10/2013	25.000	1	107,07%	27.215	26.768	-	447	-
BESPL Float 03/19/12	150.000	1	90,71%	140.250	136.061	-	4.189	-
BESPL Float 02/13 (*)	950.000	1	83,37%	839.325	791.971	-	47.354	-
BCPPL 2.375% - 2012 (*)	1.500.000	1	92,21%	1.462.295	1.383.139	-	79.156	-
BCPPL Float 03/28/13 (*)	500.000	1	82,98%	498.530	414.921	-	83.608	-
Banco BPIPL Float 01/12 (*)	1.500.000	1	95,77%	1.433.684	1.436.574	2.891	-	-
BESPL 3,75 01/19/12 (*)	1.000.000	1	98,23%	996.541	982.258	-	14.283	-
Banco Espirito Santo 5,625% - 2014	1.000.000	1	87,69%	886.752	876.876	-	9.876	-
Montepio Float 01/31/11	450.000	1	99,68%	446.265	448.566	2.301	-	-
BPIPL 3,25 01/15	1.000.000	1	87,40%	955.000	873.981	-	81.019	-
	16.732.000			16.155.228	15.491.349	36.090	699.967	
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
Bradford & Bingley 4.25% -2016 (*)	1.350.000	1	100,28%	1.257.150	1.353.792	96.642	-	-
EFG Hellas Fund Eurib 6 - 2049	40.000	1	46,63%	28.400	18.650	-	9.750	-
GOLDMAN SACHS 4,375 03/16/17	400.000	1	98,46%	398.088	393.858	-	4.230	-
VOTORANTIM 5,25 04/28/17	100.000	1	99,80%	100.250	99.800	-	450	-
PKOBP 3.733 10/21/15	1.000.000	1	93,84%	1.001.000	938.410	-	62.590	-
BCOBMG 9.15 01/15/16 (**)	683.000	1	107,00%	552.043	546.932	-	5.112	-
Gerdau 5,75 01/30/21 (**)	500.000	1	100,80%	383.550	377.189	-	6.361	-
Telemar 5,125 12/17	500.000	1	96,56%	494.140	482.813	-	11.328	-
	4.573.000			4.214.621	4.211.443	96.642	99.821	
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Dívida Subordinada</i>								
SNS BANK 6,25 10/26/20	500.000	1	87,22%	497.640	436.075	-	61.565	-
	500.000			497.640	436.075		61.565	
Instrumentos de Capital								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
Corticeira Amorim S.A.	150.000	1	1,16	98.678	174.000	75.322	-	-
Carregosa Brasil Valor - FIM Aberto	10	0,01	1000	10.000	10.000	-	-	-
Carregosa Europa Valor - FIM Aberto	10	0,01	1000	10.000	10.000	-	-	-
Carregosa Technical Trading - FEI Aberto	15	0,01	1000	15.000	15.000	-	-	-
Outros	-	-	-	4	4	-	-	-
	150.035			133.682	209.004	75.322		
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
Jazztel Plc - Rev. Split	2	0,8	3,55	6	7	2	-	-
FAES FARMA S.A. - Cautelas 3/2010	1	0,1	2,73	0	3	3	-	-

Dexia	7	1	2,60	0	18	18	-	-
Koninklijke Bam Groep Nv (Split)	1	0,1	4,60	3	5	2	-	-
Gamesa Corporacion Tecnologica S.A.	6	0,1	5,71	1	34	33	-	-
Technicolor - Rev. Split 2010	12	0,1	3,56	52	43	-	10	-
Banco Santander Central Hispano S.A.	5	0,5	7,95	42	40	-	3	-
Banco Santander Central Hispano S.A.	4	0,5	7,93	34	32	-	2	-
Groupe Eurotunnel SA - Rev. Stock- Split	2	0,4	6,58	13	13	-	-	-
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	1	0,49	7,56	7	8	1	-	-
L&C UK Real Estate Fund	5.560	1	1190,68	6.620	6.620	-	-	-
Opus Credit Fund Ltd	17	1	70,45	1.644	1.198	-	447	-
Man AP Strategic Series 1 Ltd EUR	5.108	1	1,23	6.178	6.281	103	-	-
Man IP 220 International €	2.700	1	1,20	3.099	3.246	147	-	-
	13.426			17.700	17.547	309	462	
Outros								
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
Credit Linked Note on BCP 01/2012	400.000	1	100,00%	400.000	400.000	-	-	-
Credit Linked Note on BES 01/2012	1.183.000	1	100,00%	1.183.000	1.183.000	-	-	-
LJC Individual Forex UMA	150	1	333,51	78.453	50.026	-	28.427	-
	1.583.150			1.661.453	1.633.026		28.427	
TOTAL	23.551.611			22.680.324	21.998.445	208.363	890.242	

(*) Títulos afectos total ou parcialmente ao

Repo

(**) Moeda original USD

3.4 Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Emitidos por Residentes		
Instrumentos Dívida Publica (<i>Val.ant.im.ac.nic/prov.p/imparidades</i>)	9 817 640	103 855
Instrumentos Capital (<i>Val.ant.im.ac.nic/prov.p/imparidades</i>)	307 600	307 600
	<u>10 125 240</u>	<u>411 455</u>
Emitidos por Não Residentes		
Instrumentos de Dívida	1 601 507	1 840 695
Outros	0	59 204
	<u>1 601 507</u>	<u>1 899 899</u>
	<u>11 726 746</u>	<u>2 311 354</u>

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. De referir também que, por decisão do Comité de Alocação de Activos e Passivos (ALCO), foi efectuada em 2009 a reclassificação de parte dos activos de “disponíveis para venda” para “activos detidos para negociação”, o que justifica o valor naquele ano em comparação com a opção tomada em 2010 de privilegiar o investimento neste tipo de carteiras.

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
Em 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valores Unitários		Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
		Nominal	Cotação/Preço			Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Dívida Pública Portuguesa</i>								
OTG [Setembro 1998/2013 - 5,45%] (*)	157.730.600	0,01	101,73%	1.645.761	1.604.631	-	41.130	-
O.T. Abril 3,85% 2021	1.660.000	0,01	79,50%	15.931	13.197	-	2.734	-
Consolidado (1943)	76	0,01	48,70%	0	0	-	-	-
Consolidado (1942)	1.496	0,01	52,28%	8	8	-	-	-
Consolidado-Centenários	5.000.000	0,01	66,10%	35.750	33.048	-	2.702	-
O.T. 3,60% Out. 2014	50.300.000	0,01	93,98%	481.472	472.734	-	8.738	-
PGB 4.2 10/15/16 (*)	100.000.000	0,01	91,38%	969.500	913.837	-	55.663	-
PGB 3.35 10/15/15 (*)	175.000.000	0,01	90,45%	1.671.600	1.582.850	-	88.749	-
OTC [Junho 2010/2020 - 4.80%] (*)	100.000.000	0,01	87,60%	888.100	875.979	-	12.121	-
	589.692.172			5.708.122	5.496.284		211.837	
<i>De outros emissores públicos</i>								
PARPUB 3,25 12/18/14	1.000.000	1	90,52%	950.000	905.154	-	44.847	-
	1.000.000			950.000	905.154		44.847	
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
BESPL 3,75 01/19/12	1.000.000	1	98,23%	997.166	982.258	-	14.908	-
BNFPL 3,25% 05/12	2.500.000	1	97,36%	2.483.998	2.433.944	-	50.054	-
	3.500.000			3.481.164	3.416.202		64.962	
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Emissores Públicos Estrangeiros</i>								
Hellenic Republic 5.9 04/20/17 (*)	500.000	1	67,57%	386.750	337.845	-	48.905	-
	500.000			386.750	337.845		48.905	
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Dívida Subordinada</i>								
Banco Finantia INTL Float 15	55.000	1	72,70%	39.987	39.987	-	-	-
Banco Finantia Float 16	50.000	1	93,35%	46.675	46.675	-	-	-
Banco Finantia Float 17	805	1000	91,00%	732.550	732.550	-	-	-
UBS Capital Secs UBS Var.04/49-13	27	1000	103,88%	26.756	28.047	1.291	-	-
Nib Capital Bank Nincap Var. 40-35	5.000	1	57,93%	2.045	2.896	851	-	-
Royal Bk Of Scotland Plc	242	1000	51,47%	103.615	124.552	20.937	-	-
BCOBMG 9.95 11/05/19 (**)	360.000	1	107,25%	274.809	288.954	14.145	-	-
	471.074			1.226.437	1.263.662	37.224		
Instrumentos de Capital								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
Optimize Investment Partners - SGFIM	30.760	10	10	307.600	307.600	-	-	-
	30.760			307.600	307.600			
Totais	595.194.006			12.060.073	11.726.746	37.224	370.551	-

(*) Títulos afectos total ou parcialmente ao Repo

(**) Moeda original USD

3.5 Aplicações em Instituições de Crédito
Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicações		
No País		
Em Outras Instituições de Crédito	30 616 936	21 531 368
Em Proveitos a Receber	203 515	128 619
Em Outros Países		
Instituições de Crédito	4 358	0
Em Proveitos a Receber	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>30 824 810</u>	<u>21 658 187</u>

O aumento desta rubrica verificado em 2010, está directamente relacionado, com um significativo acréscimo dos recursos disponíveis para aplicação, sendo que, em resultado da política conservadora de aplicações do grupo, parte destes recursos foram aplicados em depósitos a prazo noutras instituições de crédito e parte foi aplicada em activos financeiros disponíveis para venda.

3.6 Crédito a Clientes
Nota 08 e 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito em Conta Corrente		
<i>Crédito Interno</i>	8 823 537	4 311 028
<i>Crédito ao Exterior</i>	814 000	1 288 884
Outros Créditos		
<i>Crédito Interno e Juros Vencidos</i>	<u>89 019</u>	<u>34 276</u>
	<u>9 726 556</u>	<u>5 634 188</u>
Provisões/Imparidades para Crédito e Juros Vencidos	<u>(136 779)</u>	<u>(89 381)</u>
	<u>9 589 777</u>	<u>5 544 807</u>

Para fazer face a problemas de realização da carteira de crédito concedido, em 31 de Dezembro de 2010, o grupo dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito no montante de €102 852 Euros, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos do passivo.

3.7 Investimentos Detidos Até à Maturidade
Nota 09

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Instrumentos de Dívida Pública Portuguesa	6 165	6 165
Juros a Receber	81	163
	6 246	6 328

Esta carteira é composta, exclusivamente por 520 000 Obrigações do Tesouro (OTG's Set 1998/2012-5,45%) que visam cobrir as responsabilidades da Lisbon Brokers, SA no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores.

3.8 Activos Não Correntes Detidos para Venda
Nota 10

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	Saldos 31-12-2009	Aumento Período	Ajustamento	Alienação Período	Provisões Imparidades	Saldos 31-12-2010
Imóveis	175 000	0	0	0	0	175 000
Equipamento	0	0	0	0	0	0
	175 000	0	0	0	0	175 000

Em Fevereiro de 2008, a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, na Póvoa do Varzim.

Durante os anos de 2008 a 2010 foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações não sendo de registar qualquer imparidade.

3.9 Activos tangíveis e intangíveis
Nota 11

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2010 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2010’.

Na rubrica de Outros Activos Tangíveis está incluído um imóvel pertencente à participada Górdio, que no seu respectivo balanço estava registado pelo montante de 502.303 Euros. Tendo por base uma avaliação efectuada por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes a este activo, o mesmo foi avaliado em 2.500.000 Euros, procedendo-se deste modo à sua revalorização por aplicação da IAS 16.

3.10 Activos por Impostos Correntes
Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Activos por Impostos Correntes		
IRC a Recuperar (*)	293 083	8 684
	293 083	8 684

(*) O saldo em 2010 diz respeito a pagamentos por conta efectuados em 2010

3.11 Activos por Impostos Diferidos
Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Activos por Impostos Diferidos – Diferenças Temporárias		
Activos Tangíveis e Intangíveis	18 060	15 740
Prejuízos Fiscais	0	50 861
	18 060	66 602

O valor registado em 2010 nesta rubrica, deriva do facto das normas relativas ao IRC permitir o diferimento dos impactos fiscais relativos às obras em edifícios arrendados, que segundo as IAS são consideradas na contabilidade integralmente como custo do exercício. O respectivo impacto no IRC em períodos futuros estava estimado em € 11321. Da mesma forma, são consideradas os impactos fiscais relativos a marcas e patentes, que embora não sendo amortizáveis, terão um impacto fiscal no caso de venda futura. O impacto fiscal relativo a marcas e patentes é de € 6739. Por força do resultado negativo do exercício não foi possível a utilização do benefício de utilização dos prejuízos fiscais calculados para este exercício, que era o último em que seria permitida a sua utilização.

3.12 Outros Activos
Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Outras Disponibilidades		
Devedores e Outras Aplicações		
<i>Sector Publico Administrativo</i>	174 351	187 544
<i>Devedores Diversos</i>	297 584	153 080
<i>Aplicações Diversas</i>	82 233	0
<i>Crédito Vencido</i>	46 711	0
Outros Activos	34 383	10 223
Outros Rendimentos a Receber		
<i>Obrigações do Tesouro</i>	78 482	1 313
<i>Outras Obrigações</i>	525 485	622 611
Comissões por Serviços Prestados	675 645	538 937
Despesas com Encargos Diferidos		
<i>Seguros</i>	34 883	16 317
<i>Contribuições Fundo Garantia Depósitos</i>	0	50 000
<i>Outras Despesas com Encargo Diferido</i>	39 459	65 050

Valor Patrimonial do Fundo de Pensões (*)	1 806 146	0
Outras Contas de Regularização	863 551	724 097
	4 658 913	2 369 187
Provisões/Imparidades para Devedores e O. Aplicações	(47 667)	(999)
	4 611 246	2 368 189

O valor inscrito na conta do Sector Publico Administrativo diz respeito a IVA a recuperar. Na rubrica de devedores diversos, estão incluídos 153241 € relativos a adiantamentos a fornecedores. De referir também que o valor de crédito vencido de devedores diversos se encontra totalmente provisionado.

(*) Em 2009, apenas foi apresentado o saldo liquido entre o valor patrimonial do fundo de pensões e as respectivas responsabilidades (Ver nota 19)

3.13 Passivos Financeiros detidos para Negociação

Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Instrumentos Derivados com Justo Valor Negativo	115 546	200 821
	115 546	200 821

Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD.

3.14 Recursos de Outras Instituições de Crédito

Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Recursos de Instituições Crédito no País		
Descobertos de Depósitos à Ordem	10 163	88 362
Operações de venda com acordo de recompra (*)	18 559 614	0
Outros Recursos	4 892	26
	18 574 669	88 388
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Descobertos em depósitos à Ordem (**)	8 760 194	1 237 473
Depósitos à Ordem	17 719 715	17 251 292
	26 479 909	18 488 765
	45 054 578	18 577 153

(*) Valor atribuído na cedência de títulos que permanecem em carteira conforme referido em 2.2.7

(**) Descobertos em D/Ordem compensados por disponibilidades em OIC's.

3.15 Recursos de Clientes e Outros Empréstimos
Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Recursos de Clientes		
Depósitos		
De Residentes		
À Ordem	7 966 048	3 497 891
A Prazo	12 795 396	18 016 929
	<u>20 761 444</u>	<u>21 514 820</u>
De Não Residentes		
À Ordem	3 077 628	672 760
A Prazo	20 438	30 033
	<u>3 098 066</u>	<u>702 792</u>
Juros de Recursos de Clientes		
Depósitos		
De residentes	106 704	303 213
De não residentes	248	0
	<u>106 704</u>	<u>303 213</u>
	<u>23 966 462</u>	<u>22 520 825</u>

3.16 Passivos por impostos correntes
Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
IRC a pagar	19 947	559 405
	<u>19 947</u>	<u>559 405</u>

O valor de 2010, diz respeito a IRC a pagar da empresa Coolink no valor de 14566 € e de tributações autónomas da empresa Lisbon Brokers, no valor de 5381 €.

3.17 Outros Passivos
Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Credores e Outros Recursos		
Fornecedores	212 210	158 316
Fornecedores de Bens em Locação Financeira	458 021	456 157
Credores Por Operações sobre Valores Mobiliários	2 112 479	2 443 337
Outros Credores	745 271	767 098
Outros Recursos	3 293 687	6 080 054
Iva a Pagar	18 329	12 120
Sector Publico Administrativo	125 966	83 239
Contribuições para a Segurança Social	73 101	56 091
Contribuições para Outros Sistemas de Saúde	5 041	8 673
Sindicatos	1 001	1 615
	<u>7 045 106</u>	<u>10 066 699</u>
Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios	<u>1 863 643</u>	<u>181 968</u>
Encargos a Pagar		
Remunerações a Pagar ao Pessoal	433 948	412 617
Por Gastos Gerais	531	17
Outros Encargos a Pagar	159 493	271 826
	<u>593 972</u>	<u>684 460</u>
Receitas com Rendimento Diferido		
Garantias Prestadas	286	0
Outras	0	24 000
	<u>286</u>	<u>24 000</u>
Operações a Regularizar	<u>862 632</u>	<u>48 037</u>
	<u>10 365 638</u>	<u>11 005 164</u>

Em 2009, apenas foi apresentado o saldo líquido entre o valor patrimonial do fundo de pensões e as respectivas responsabilidades. Na rubrica de outros recursos, o valor reportado refere-se ao montante aplicado em liquidez pelos clientes que subscreveram contratos de gestão de carteiras. O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuados em 2010, e a entregar em 2011.

3.18 Capital
Nota 20

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2010 nas rubricas de capital próprio são apresentados no anexo 'Demonstração da Variação nos Capitais Próprios'.

3.19 Interesses Minoritários
Nota 21

Os interesses minoritários em 2010 foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Capital Próprio	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	110 878	50%	55 439
Górdio, SA	1 992 644	51%	966 041
Lisbon Brokers, SA	(348 425)	15.16%	(52 833)
FMP, SGPS, SA	1 401 291	15%	210 194
Total	3 156 388		1 178 840

3.20 Margem Financeiras
Nota 22

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de Disponibilidades	750 722	462 006
Juros de Clientes e Outras Aplicações	1 763 108	1 441 848
	<u>2 513 830</u>	<u>1 903 854</u>
Juros e Encargos Similares		
Recursos de Outras Instituições de Crédito	76 217	12 945
Juros de Credores e Outros Recursos	505 210	672 667
	<u>(581 427)</u>	<u>(685 642)</u>
	<u>1 932 504</u>	<u>1 218 212</u>

A margem financeira aumentou consideravelmente em 2010 devido ao crescimento dos recursos de clientes. Desta forma se explicam as variações mais significativas em rendimentos de outros activos financeiros, constituídos pelos juros de aplicações realizadas pelo Banco e pelos juros do crédito, e por outro lado, na diminuição dos juros de recursos de clientes, que representam os juros pagos a clientes nos depósitos a prazo.

3.21 Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões
Nota 23

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Rendimentos de Serviço e Comissões		
Garantias e Avals	2 135	1 125
Operações sobre Instrumentos Financeiros	42 500	0
Depósito e Guarda de Valores	18 317	43 329
Cobrança de Valores	39 957	60 103
Administração de Valores	260 987	22 270
Operações de Crédito	400	0
Outros Serviços Prestados	727 707	13 617
Operações Realizadas por contas de Terceiros	6 881 826	6 789 623
Outras Comissões Recebidas	17 788	4 959
	<u>7 991 617</u>	<u>6 935 026</u>
Encargos com Serviços e Comissões		
Depósito e Guarda de Valores	55 169	25 860
Cobrança de Valores	301	2 502
Outros Serviços Bancários prestados por Terceiros	22 254	29 237
Operações realizadas por Terceiros	3 558 431	2 678 635
Outras comissões pagas	0	2 428
	<u>(3 636 156)</u>	<u>(2 738 662)</u>
	<u>4 355 462</u>	<u>4 196 364</u>

Para correcta interpretação dos valores apresentados devemos referir que uma parte importante dos custos relacionados com os outros serviços prestados a clientes estão relevados em operações realizadas por terceiros.

3.22 Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor
Nota 24

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Ganhos:		
Activos Financeiros Detidos para Negociação		
Títulos	7 298 468	7 581 890
Futuros	477 829	1 527
	<u>7 767 297</u>	<u>7 583 417</u>
Perdas:		
Activos Financeiros Detidos para Negociação		
Títulos	8 238 619	4 954 443
Futuros e Outras Operações a Prazo	955 452	199
	<u>9 194 071</u>	<u>4 954 641</u>
	<u>(1 426 775)</u>	<u>2 628 775</u>

Os resultados em 2010 foram significativamente afectados pela crise das dívidas soberanas em resultado dos negócios concretizados através da carteira de negociação.

3.23 Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda
Nota 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Ganhos em:		
Activos Financeiros disponíveis para Venda		
Títulos		
Emitidos por Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	560 730	77 006
<i>Instrumentos de Capital</i>	0	9 528
Emitidos por Não Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	0	346 978
<i>Instrumentos de Capital</i>	462 498	2 672
<i>Outros</i>	0	549 985
	<u>1 023 228</u>	<u>986 168</u>
Perdas em:		
Activos Financeiros disponíveis para Venda -Títulos		
Emitidos por Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	1 656	5 457
<i>Instrumentos de Capital</i>	837	2 423
Emitidos por Não Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	0	83 7814
<i>Instrumentos de Capital</i>	0	1 095
<i>Outros</i>	65 915	367 442
	<u>68 407</u>	<u>460 199</u>
	<u>954 821</u>	<u>525 970</u>

Os resultados resultam das alienações ocorridas durante o ano de 2010 e anulações das reservas correspondentes.

3.24 Resultados de Reavaliação Cambial
Nota 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Ganhos:		
Diferenças Cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	1 266 312	626 942
Perdas:		
Diferenças Cambiais		
Outros itens em moeda estrangeira	520 404	969 752
	<u>745 908</u>	<u>(339 811)</u>

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o grupo manifestou uma maior exposição.

3.25 Resultados de Alienação de Outros Activos

Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos:		
Activos Não Financeiros	<u>110 358</u>	<u>1 500</u>
	<u>110 358</u>	<u>1 500</u>

Alienação de activos da Lisbon Brokers no ano de 2010 na sequência da aquisição por parte do Banco.

3.26 Outros Resultados de Exploração

Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos:		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais		
Prestação de Serviços Diversos	50 014	37 500
Outros (*)	<u>182 236</u>	<u>198 003</u>
	<u>232 250</u>	<u>235 503</u>
Perdas:		
Outros Impostos e taxas suportadas	112 400	106 088
Quotizações e Donativos	17 251	6 478
Contribuições para o FGD	17 500	0
Contribuições para o Sistema Indemnização aos Investidores	2 500	0
Falhas na Gestão e Procedimentos	538	0
Falhas nos Sistemas informáticos ou Telecomunicações	1 334	21 303
Perdas em Activos Não Financeiros	0	2 991
Outros Encargos e Gastos Operacionais (*)	<u>260 043</u>	<u>174 791</u>
	<u>411 567</u>	<u>311 651</u>
	<u>(179 317)</u>	<u>(76 148)</u>

(*) Inclui ganhos e perdas referentes a exercícios anteriores que no ano de 2010 representaram €169 854 e €241 635 respectivamente.

3.27 Custos com Pessoal
Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Remunerações		
Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização (*)	502 387	428 490
De Empregados	2 478 594	2 051 008
Encargos Sociais Obrigatórios		
Relativo a Remunerações	634 627	541 014
Fundo de Pensões	119 360	119 587
Outros	10 504	10 243
Outros Custos com Pessoal (**)	184 490	58 458
	3 929 961	3 208 800

(*) Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários para a Lisbon Brokers, SA e FMP,SGPS, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas/Fiscal Único

Revisão Legal de Contas	10 920,00
	10 920,00

(**) De referir o pagamento de indemnizações contratuais por força do despedimento colectivo desenvolvido no âmbito da reestruturação da Lisbon Brokers, SA em 2010.

3.28 Gastos Gerais Administrativos
Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Com Fornecimentos:		
Água, Energia e Combustíveis	118 432	105 538
Material de Consumo Corrente	14 097	26 135
Publicações	12 067	16 771
Material de Higiene e Limpeza	8 844	9 879
Outros Fornecimentos de Terceiros	77 425	77 016
	230 865	235 339
Com Serviços		
Rendas e Alugueres	374 300	352 773
Comunicações	332 242	238 854
Deslocações, Estadas e Representação	275 660	278 886
Publicidade e Edição de Publicações	306 462	328 080

Conservação e Reparação	127 329	80 397
Seguros	35 581	35 923
Avenças e Honorários (*)	165 345	325 228
Judiciais, Contencioso e Notariado	31 680	18 169
Informática	94 077	124 075
Segurança e Vigilância	4 465	3 358
Limpeza	4 949	701
Assessoria, Comunicação e Imagem	86 057	262 395
Informações	319 337	299 872
Bancos de Dados	31 227	24 221
Estudos e Consultas	29 510	0
Consultores e Auditores Externos	540 849	465 399
Outros	0	23
	2 759 070	2 883 355
	2 989 935	3 118 694

(*)Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários, não se verificando qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisores Oficiais de Contas

Revisão Legal de Contas	15 750,00
Serviços de Garantia e Fiabilidade	7 050,00
Outros (Coolink)	1 700,00
	24 500,00

3.29 Depreciações e Amortizações
Nota 31

Conforme referido na nota 11, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2010, ascenderam a **€404.469**.

3.30 Imparidade do Crédito líquida de Reversões e Recuperações
Nota 32

São consideradas nesta rubrica os valores líquidos registados no exercício de acordo com o descrito no ponto 2.2.10.

3.31 Imparidade de Outros Activos Financeiros líquida de Reversões e Recuperações
Nota 33

Não possuindo o grupo qualquer activo integrado na categoria de ‘Outros Activos Financeiros’, não se verificam também quaisquer imparidades.

3.32 Imparidade de Outros Activos líquida de reversões e recuperações
Nota 34

Foi determinada uma imparidade de € 46 711 constante da rubrica 'Outros devedores' expressa no activo da sociedade Lisbon Brokers, SA.

3.33 Impostos Correntes
Nota 35

Os impostos correntes registados em 2010 no valor de € 68 004 resultam exclusivamente do apuramento da tributação autónoma calculada em função da legislação fiscal aplicável.

3.34 Impostos Diferidos
Nota 36

Os impostos diferidos registados em 2010 no valor de € 48 542 resulta de dois efeitos simétricos, sendo um provocado pela anulação dos activos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores no valor de €50 861, extinto que foi o benefício do reporte fiscal associado, e € 2 319 por força dos ajustamentos decorrentes de políticas de natureza contabilística/fiscal dos activos fixos tangíveis e intangíveis.

3.35 Interesses Minoritários
Nota 37

Os interesses minoritários no resultado consolidado em 2010, foram apurados de acordo com o quadro seguinte:

FILIAIS	Resultados Líquidos	% Interesses Minoritários	Interesses Minoritários
CoolLink	49 015	50%	24 508
Górdio, SA	(5 053)	51%	(2 577)
Lisbon Brokers, SA	(657 679)	15.16%	(99 727)
FMP, SGPS, SA	(87 752)	15%	(13 163)
Total	(701 469)		(90 959)

3.36 Rubricas Extrapatrimoniais

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Compromissos Perante Terceiros:		
<i>Compromissos Irrevogáveis</i>		
Responsabilidades potenciais para com Sist. Indem. Investidores	195 552	136 365
<i>Compromissos Revogáveis</i>		
Linhas de crédito	8 500 285	0
	8 695 837	136 365
Responsabilidades por Prestação de Serviços:		
De Depósito e Guarda de Valores	309 224 438	221 124 573
Valores Administrados pela Instituição	55 856 312	22 713 755
Outras	20 719 237	20 155 592
	385 799 987	263 993 920
Serviços Prestados por Terceiros:		
Por Depósito e Guarda de Valores	275 597 628	205 826 046
Por Outros Serviços	20 719 237	20 155 592
	296 316 865	225 981 638
Operações Cambiais e Instrumentos Derivados:		
Operações Cambiais a Prazo - Negociação	7 607 110	0
Futuros e Operações a Prazo - Negociação	300	0
	7 607 410	0
Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais:		
Garantias Pessoais	105 495	300 000
Garantias Reais	25 608 906	16 600
	25 714 401	316 600
Garantias Recebidas:		
Garantias Pessoais	114 671	300 000
Garantias Reais	8 822 004	0
	8 936 675	300 000
Outras Rubricas Extrapatrimoniais:		
Créditos Abatidos ao Activo	1 332 127	1 332 127
Juros Vencidos	13 479	9 778
	1 345 606	1 341 905
	734 416 782	492 070 429

Nas garantias reais prestadas, encontra-se relevado o valor nominal dos títulos cedidos em operações com acordo de recompra (ver ponto 2.2.7)

XV – CONTAS INDIVIDUAIS ANÁLISE E ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DEZEMBRO 2010

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(valores em euros)

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2010			-
		Valor antes de provisões, imparidades e amortizações	Provisões, imparidades e amortizações	Valor líquido	Ano anterior
		1	2	3 = 1 - 2	-
Activo					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1	1.203.453		1.203.453	605.361
Disponibilidades em Outras Instituições de crédito	2	13.533.381		13.533.381	12.007.458
Activos Financeiros Detidos para Negociação	3	21.998.441		21.998.441	24.538.260
Outros Activos Financeiros ao Justos Valor através Resultados		0		0	0
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	4	11.726.746		11.726.746	2.311.354
Aplicações em Instituições de Crédito	5	30.820.451		30.820.451	21.508.748
Crédito a Clientes	6	10.336.687	(33.927)	10.302.760	5.601.408
Investimentos Detidos até à Maturidade		0		0	0
Activos com acordo de recompra		0		0	0
Derivados de cobertura		0		0	0
Activos não correntes detidos para Venda	7	175.000		175.000	175.000
Propriedades de Investimento		0		0	0
Outros Activos Tangíveis	8	3.958.628	(2.314.454)	1.644.174	992.703
Activos Intangíveis	9	1.323.682	(858.552)	465.130	158.132
Investimentos em Associadas e filiais excluídas da consolidação	10	1.294.378		1.294.378	1.005.009
Activos por Impostos Correntes	11	293.083		293.083	8.684
Activos por Impostos Diferidos	12	18.060		18.060	66.602
Outros Activos	13	4.424.847		4.424.847	2.048.806
Total de Activo		101.106.837	(3.206.934)	97.899.903	71.027.525

BALANÇO INDIVIDUAL (NCA) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(valores em euros)

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2010	Ano anterior
Passivo			
Recursos de bancos centrais		0	0
Passivos financeiros detidos para negociação	14	115.546	200.821
Outros passivos ao justo valor através de resultados		0	0
Recursos de outras instituições de crédito	15	45.054.578	18.536.226
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	24.159.371	22.231.451
Responsabilidades representadas por títulos		0	0
Passivos financeiros associados a activos transferidos		0	0
Derivados de cobertura		0	0
Passivos nao correntes detidos para venda		0	0
Provisões	17	102.852	56.600
Passivos por impostos correntes	18	0	546.783
Passivos por impostos diferidos		0	0
Instrumentos representativos de capital		0	0
Outros passivos subordinados		0	0
Outros passivos	19	9.450.011	9.490.815
Total de Passivo		78.882.358	51.062.695
Capital	20		
Capital		17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão		369.257	369.257
Outros instrumentos de capital		0	0
Reservas de reavaliação		(289.253)	(86.677)
Outras reservas e resultados transitados		1.972.250	1.166.321
Acções próprias		0	0
Resultado do exercício		(534.709)	1.015.929
Dividendos antecipados		0	0
Total de Capital		19.017.545	19.964.829
Total de Passivo e Capital		97.899.903	71.027.525

O Técnico de Contas

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS
31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(valores em euros)

	Notas/ Quadros anexos	31-12-2010	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	21	2.513.132	1.897.495
Juros e encargos similares	22	(570.499)	(660.618)
Margem financeira		1.942.632	1.236.877
Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
Rendimentos de serviços e comissões	23	7.822.563	6.231.361
Encargos com serviços e comissões	24	(3.602.420)	(2.674.327)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	25	(1.426.775)	2.628.775
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	26	954.821	525.970
Resultados de reavaliação cambial	27	746.190	(343.677)
Resultados de alienação de outros activos	28	0	1.500
Outros resultados de exploração	29	(10.720)	(105.532)
Produto da actividade		6.426.291	7.500.946
Custos com pessoal	30	(3.349.398)	(2.541.407)
Gastos gerais administrativos	31	(2.953.729)	(2.860.408)
Amortizações do exercício	32	(515.711)	(404.469)
Provisões líquidas de anulações	33	(46.881)	(34.516)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	34	(1.859)	49.649
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	35	0	(34.793)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
Resultado antes de impostos		(441.288)	1.675.002
Impostos		(93.420)	(659.073)
Correntes	36	(44.879)	(613.736)
Diferidos	37	(48.542)	(45.337)
Resultado após impostos		(534.709)	1.015.929
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0	0

O Técnico de Contas

A Administração

ACTIVOS INTANGÍVEIS E TANGÍVEIS EM 31 de DEZEMBRO de 2010
(ACTIVIDADE INDIVIDUAL)

Anexo IV

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos Aquisições	Amortizações do exercício	Abates (Líquido)	Transf.	Valor líquido em 31/12/2010
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
<u>Outros Activos Intangíveis</u>							
Sistemas de Tratamento de Dados (software)	894.989	(756.049)	61.803	(97.337)	-	-	103.407
Activos Intangíveis em Curso	19.192	-	347.697	-	-	(185.994)	180.895
Outros Activos Intangíveis	-	-	-	(5.167)	-	185.994	180.827
	914.181	(756.049)	409.501	(102.503)	-	0	465.130
<u>Activos Tangíveis</u>							
Imóveis	-	-	247.514	(2.113)	-	100.422	345.823
Equipamento	2.893.949	(1.901.246)	348.174	(408.331)	-	-	932.546
Activos em locação financeira	-	-	368.570	(2.764)	-	-	365.805
Activos Tangíveis em Curso	-	-	100.422	-	-	(100.422)	0
	2.893.949	(1.901.246)	1.064.679	(413.208)	-	0	1.644.174
TOTAIS	3.808.130	(2.657.295)	1.474.180	(515.711)	-	0	2.109.304

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(ACTIVIDADE INDIVIDUAL)

(valores em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final do exercício
Capital realizado	17.500.000				17.500.000
Prémio de emissão	369.257				369.257
Reserva de reavaliação	(86.678)			(222.490)	(309.168)
Reserva legal	333.597	101.593			435.190
Reserva de variações cambiais	0	19.915			19.915
Outras reservas	288.987				288.987
Resultados transitados	543.737	914.336		(210.000)	1.248.072
Resultado líquido do exercício	1.015.929		(1.015.929)	(534.709)	(534.708)
Total Capitais Próprios	19.964.829	1.035.844	(1.015.929)	(967.199)	19.017.545

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração de Fluxos de Caixa
para o período findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009
 (Actividade Individual)

(Montante Expresso em Euros)

	31-12-2010	31-12-2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	10.207.891	7.476.611
Pagamento de juros e comissões	(4.297.420)	(2.959.397)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(6.344.478)	(5.397.143)
Recursos de instituições de crédito	18.922.060	17.298.753
Outros activos e passivos operacionais	242.388	(21.835.782)
Outros recebimentos de clientes	(2.566.238)	5.597.504
Impostos sobre lucros	(884.745)	31.473
Caixa líquida das actividades operacionais	15.279.458	212.019
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	-	-
Aquisição/Alienação de activos disponíveis para venda	(9.617.968)	6.984.348
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(1.474.180)	(548.642)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	-	50.500
Investimentos em empresas filiais e associadas	(289.369)	87
Caixa líquida das actividades de investimento	(11.381.517)	6.486.293
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	-	-
Dividendos pagos	-	-
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Recursos de instituições de crédito (não está associado com as principais actividades geradoras de réditos)	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	-
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	3.897.941	6.698.313
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	32.884.094	26.185.781
Caixa e equivalentes no fim do exercício	36.782.035	32.884.094

O Técnico de Contas

O Conselho de Administração

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Banco L.J. Carregosa, S.A. (Banco ou Carregosa) é um Banco comercial com Sede em Portugal, na Av. da Boavista n.º 1083, no Porto. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas.

As origens do Carregosa remontam a 1833, ano em que Lourenço Joaquim Carregosa funda a L.J.Carregosa tendo como actividade principal o exercício do comércio de câmbios, compra e venda de papéis de crédito e transacções relacionadas. Iniciou a sua actividade como Banco Comercial em Novembro de 2008, altura em que ocorreu a fusão da Sociedade de corretagem L.J. Carregosa e a Personal Value. Por escritura pública de 17 de Setembro de 2008, passou a adoptar a firma Banco L.J. Carregosa, S.A..

Para além do crescimento orgânico em resultado da alteração da actividade, que justifica grande parte da variação das principais rubricas relacionadas com a actividade enquanto Instituição de Crédito, especializada em banca privada e gestão de patrimónios, será também importante referir que, durante estes dois primeiros exercícios, o Banco adquiriu uma participação de 19,99% na sociedade “Optimize Investment Partners – SGFIM”, em Outubro de 2009 e, em Abril de 2010, adquiriu 84,84% de participação nos capitais da “Lisbon Brokers, SA” e 76,5% da “Francisco Marques Pereira, SGPS, SA” em parceria com o accionista “Imocarregosa, SA”. De referir que esta ultima sociedade detinha em 31 de Dezembro, 10% de acções próprias.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 3 agências e um escritório de representação em Espanha.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação e comparabilidade

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Carregosa são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

As demonstrações financeiras individuais do Banco Carregosa, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem as IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das

suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009.

Estas demonstrações foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor.

2.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

2.2.1 - Especialização dos exercícios

O Banco adopta o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

2.2.2 - Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

2.2.3 - Aplicações em instituições de crédito no país e no estrangeiro

Estes instrumentos são valorizados ao seu justo valor, o qual corresponde, normalmente, à contraprestação paga, líquida dos custos de transacção directamente associados.

2.2.4 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os activos financeiros adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

2.2.5 - Activos financeiros detidos para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado e que não foram classificados em qualquer uma das outras categorias de activos financeiros. Incluem instrumentos de capital, investimentos em unidades de participação de fundos e instrumentos de dívida.

Estes activos são avaliados ao justo valor, sendo os respectivos ganhos e perdas reflectidos na rubrica “Reservas de Reavaliação” até ao momento da respectiva alienação ou se se encontrarem sujeitos a perdas de imparidade. Os juros são reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Para os activos financeiros disponíveis para venda, denominados em moeda estrangeira, as diferenças cambiais são directamente registadas no capital na rubrica de reservas adequada. Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio, é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações”.

2.2.6 - Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (contas a receber)

Entendem-se como créditos a clientes e valores a receber de outros devedores, os activos financeiros correspondentes ao fornecimento, a determinada entidade, de dinheiro, bens ou serviços, por parte da Instituição. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição.

A valorimetria seguida nos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores é a seguinte:

- Na data do reconhecimento inicial, os activos financeiros são registados pelo seu valor nominal, não podendo, quer nessa data, quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos ou reclassificados nas restantes categorias de activos financeiros.
- A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios ou descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados.
- O valor dos activos incluídos nesta categoria é objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência, de forma a reflectirem, a todo o tempo, o seu valor realizável.
- A correcção a que se refere o ponto anterior não pode ser inferior ao que for estabelecido pelo Aviso 3/95, do Banco de Portugal, como quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

- Para efeitos de constituição de provisões genéricas, referidas no ponto anterior, é considerado o total do crédito concedido pela Sociedade, incluindo outras responsabilidades assumidas perante terceiros, tais como as garantias ou outros instrumentos de natureza análoga.

2.2.7 - Repos

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros. O valor nominal dos títulos cedidos é reconhecido em rubrica extrapatrimonial específica.

2.2.8 - Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda e não através do uso continuado.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos internos ou externos, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.2.9 - Provisões

O Banco Carregosa calcula as provisões para crédito e juros vencidos e para riscos gerais de crédito em conformidade com o Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal (com as alterações introduzidas por regulamentação posterior, designadamente o Aviso nº 8/2003).

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

i) - Provisões para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores que se encontrem vencidos, relativos a quaisquer operações de financiamento que tenham sido efectuadas. Esta provisão é calculada por aplicação das percentagens mínimas de provisão estabelecidas no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, alterado pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro, em função da antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e da existência ou não de garantias.

ii) - Provisões para riscos gerais de crédito

A provisão para riscos gerais de crédito destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo à data de 31 de Dezembro dos contratos de crédito bem como dos valores a receber de outros devedores..

2.2.10 - Outros activos tangíveis

Na rubrica de Outros activos tangíveis, os bens estão registados ao custo de aquisição, incluindo viaturas de serviço e outros equipamentos.

Estes activos tangíveis são amortizados numa base linear de acordo com a sua vida útil esperada, tendo como limite os anos indicados na tabela abaixo:

Anos
Equipamento:
Equipamento de transporte 4 – 8
Mobiliário e material 8 – 16
Equipamento informático 3 – 8
Outras imobilizações corpóreas 5 – 20

2.2.11 - Activos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado do bem o qual, em geral, corresponde a um período de três anos.

2.2.12 - Outros Passivos Financeiros – Recursos de Outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Outros Empréstimos e Outros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de clientes, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados.

De acordo com a opção pelo justo valor, preconizada pela IAS 39, os passivos financeiros incluídos na rubrica de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados, são classificados como passivos financeiros ao justo valor, através de resultados, sempre que cumpram com os requisitos de classificação nesta categoria, nomeadamente por incorporarem um ou mais derivados embutidos. Estes passivos são inicialmente valorizados ao justo valor, com alterações subsequentes no justo valor relevadas em resultados do exercício.

2.2.13 - Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, onde seja provável o futuro dispêndio de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.2.14 - Reconhecimento de proveitos e custos

Os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados. Os proveitos são reconhecidos desde que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser mensurada. Os juros vencidos e não cobrados são anulados no balanço passados três meses do seu vencimento e apenas reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento.

2.2.15 - Comissões por serviços prestados

O Banco Carregosa cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. As comissões são imediatamente reconhecidas como proveito, dado que se relacionam com serviços específicos ou pontuais, e não são associáveis a prestações de serviços que se prolonguem no tempo.

2.2.16 - Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC).

O imposto corrente é reconhecido como custo do exercício em que os lucros foram gerados. Os efeitos nos impostos futuros são reconhecidos como activos por impostos diferidos, desde que seja provável a realização futura de lucros fiscais que possibilitem a sua utilização. Os passivos por impostos diferidos serão sempre registados.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Finalmente, refere-se que os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto se as operações que os originaram tenham sido reflectidas em rubrica específica de capital próprio. Neste caso, o efeito fiscal é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio.

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

2.2.17 - Benefícios aos empregados

O Banco Carregosa, utilizando o *Acordo Colectivo de Trabalho para o Sector Bancário* como elemento de referência para práticas laborais, assumiu o compromisso, exclusivamente para com os seus empregados não integrados no Sistema Nacional de Pensões, de lhes atribuir, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, antecipada, por invalidez ou por sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Para financiamento destas responsabilidades, o Banco Carregosa aderiu em 2004 ao Fundo de Pensões Horizonte – Valorização da Pensõesgere. Em 2010, atento à evolução das suas obrigações e numa política de rigor e boa gestão da cobertura das responsabilidades assumidas, o Banco decidiu passar o Fundo de Pensões para uma nova entidade gestora, a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões SA, subscrevendo três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%).

Como anteriormente, as responsabilidades por serviços passados dos trabalhadores abrangidos são determinadas anualmente e consideram a data de admissão no Banco Carregosa e não a data de admissão no sector bancário. Consequentemente, a parcela de responsabilidades afecta ao período entre a data de admissão no sector bancário e a data de admissão na Sociedade será imputável às anteriores entidades empregadoras, salvo se estas últimas tiverem procedido à transferência do montante relativo à quota-parte da sua responsabilidade.

As responsabilidades reconhecidas correspondem à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “Projected Unit Credit”, e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de médio e longo prazo para obrigações cotadas na Zona Euro por empresas avaliadas como de baixo risco.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados são registados em rubricas de balanço (“Corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano anterior. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor,

são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Para além das pensões, integrado nas responsabilidades do Fundo e para aquele grupo de colaboradores, o Banco assumiu ainda o subsídio por morte.

Em resultado de um estudo às responsabilidades e encargos actuais com a assistência médica, decidiu o Banco em 2010 externalizar este benefício junto da *Multicare*, abrangendo todos os colaboradores, mantendo os mesmos níveis de encargos.

2.2.18 - Relato por Segmentos

O Banco Carregosa desenvolve o seu negócio através de uma rede comum aos diversos produtos comercializados, pelo que não se adequa a apresentação de reporte por segmentos de actividade.

Dado que as actividades do Banco Carregosa se desenvolvem em Portugal e em Espanha através de um escritório de representação, não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

Nota prévia:

As contas do Balanço e da Demonstração de Resultados são comparadas para as datas de 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e compostas pelas seguintes rubricas:

3.1 Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Nota 01

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Caixa	0	0
Disponibilidades à Ordem no Banco de Portugal	<u>1 203 453</u>	<u>605 361</u>
	<u>1 203 453</u>	<u>605 361</u>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal incluem os depósitos que visam satisfazer as exigências legais de constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro, o coeficiente a aplicar ascende a 2% dos passivos elegíveis. Estes depósitos são remunerados.

3.2 Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Nota 02

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Depósitos à Ordem em Instituições Monetárias		
<i>Residentes</i>	7 871 606	9 504 073
<i>Não Residentes</i>	<u>5 661 775</u>	<u>2 503 385</u>
	<u>13 533 381</u>	<u>12 007 458</u>

3.3 Activos Financeiros detidos para Negociação

Nota 03

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Títulos de Negociação		
<i>Títulos</i>	21 998 441	24 538 260
<i>Instrumentos Derivados com Justo Valor Positivo</i>	<u>0</u>	<u>0</u>
	<u>21 998 441</u>	<u>24 538 260</u>

ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO
Em 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valores Unitários		Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		
		Nominal	Cotação/Preço			Mais	Menos	Imparidade
Instrumentos de Dívida								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
Banco BCP 5,625 (*)	1.000.000	1	85,66%	997.070	856.647	-	140.423	-
BCP 3,75% - 2011 (*)	5.050.000	1	97,59%	4.992.009	4.928.169	-	63.840	-
BCPPLFloat 02/13 (*)	1.000.000	1	82,22%	997.770	822.184	-	175.586	-
BRIPL 4,5 12/16 (*)	1.500.000	1	94,06%	1.381.527	1.410.934	29.408	-	-
BRIPL 4,5 12/16 (*)	76.000	1	94,06%	69.997	71.487	1.490	-	-
Portucel Float 10/2012	31.000	1	99,40%	31.000	30.814	-	186	-
Ren Redes Energéticas 6, 375% - 12/10/2013	25.000	1	107,07%	27.215	26.768	-	447	-
BESPL Float 03/19/12	150.000	1	90,71%	140.250	136.061	-	4.189	-
BESPL Float 02/13 (*)	950.000	1	83,37%	839.325	791.971	-	47.354	-
BCPPL 2.375% - 2012 (*)	1.500.000	1	92,21%	1.462.295	1.383.139	-	79.156	-
BCPPL Float 03/28/13 (*)	500.000	1	82,98%	498.530	414.921	-	83.608	-
Banco BPIPL Float 01/12 (*)	1.500.000	1	95,77%	1.433.684	1.436.574	2.891	-	-
BESPL 3,75 01/19/12 (*)	1.000.000	1	98,23%	996.541	982.258	-	14.283	-
Banco Espírito Santo 5,625% - 2014	1.000.000	1	87,69%	886.752	876.876	-	9.876	-
Montepio Float 01/31/11	450.000	1	99,68%	446.265	448.566	2.301	-	-
BPIPL 3,25 01/15	1.000.000	1	87,40%	955.000	873.981	-	81.019	-
	16.732.000			16.155.228	15.491.349	36.090	699.967	
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Dívida não Subordinada</i>								
Bradford & Bingley 4.25% -2016 (*)	1.350.000	1	100,28%	1.257.150	1.353.792	96.642	-	-
EFG Hellas Fund Eurib 6 - 2049	40.000	1	46,63%	28.400	18.650	-	9.750	-
GOLDMAN SACHS 4,375 03/16/17	400.000	1	98,46%	398.088	393.858	-	4.230	-
VOTORANTIM 5,25 04/28/17	100.000	1	99,80%	100.250	99.800	-	450	-
PKOBP 3.733 10/21/15	1.000.000	1	93,84%	1.001.000	938.410	-	62.590	-
BCOBMG 9.15 01/15/16 (**)	683.000	1	107,00%	552.043	546.932	-	5.112	-
Gerdau 5,75 01/30/21 (**)	500.000	1	100,80%	383.550	377.189	-	6.361	-
Telemar 5,125 12/17	500.000	1	96,56%	494.140	482.813	-	11.328	-
	4.573.000			4.214.621	4.211.443	96.642	99.821	
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Dívida Subordinada</i>								
SNS BANK 6,25 10/26/20	500.000	1	87,22%	497.640	436.075	-	61.565	-
	500.000			497.640	436.075		61.565	
Instrumentos de Capital								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
Corticeira Amorim S.A.	150.000	1	1,16	98.678	174.000	75.322	-	-
Carregosa Brasil Valor - FIM Aberto	10	0,01	1000	10.000	10.000	-	-	-
Carregosa Europa Valor - FIM Aberto	10	0,01	1000	10.000	10.000	-	-	-
Carregosa Technical Trading - FEI Aberto	15	0,01	1000	15.000	15.000	-	-	-
	150.035			133.678	209.000	75.322		
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
Jazztel Plc - Rev. Split	2	0,8	3,55	6	7	2	-	-
FAES FARMA S.A. - Cautelas 3/2010	1	0,1	2,73	0	3	3	-	-
Dexia	7	1	2,60	0	18	18	-	-

Koninklijke Bam Groep Nv (Split)	1	0,1	4,60	3	5	2	-	-
Gamesa Corporacion Tecnologica S.A.	6	0,1	5,71	1	34	33	-	-
Technicolor - Rev. Split 2010	12	0,1	3,56	52	43	-	10	-
Banco Santander Central Hispano S.A.	5	0,5	7,95	42	40	-	3	-
Banco Santander Central Hispano S.A. Groupe Eurotunnel SA - Rev. Stock-Split	4	0,5	7,93	34	32	-	2	-
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A.	2	0,4	6,58	13	13	-	-	-
L&C UK Real Estate Fund	1	0,49	7,56	7	8	1	-	-
Opus Credit Fund Ltd	5.560	1	1190,68	6.620	6.620	-	-	-
Man AP Strategic Series 1 Ltd EUR	17	1	70,45	1.644	1.198	-	447	-
Man IP 220 International €	5.108	1	1,23	6.178	6.281	103	-	-
	2.700	1	1,20	3.099	3.246	147	-	-
	13.426			17.700	17.547	309	462	
Outros								
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
Credit Linked Note on BCP 01/2012	400.000	1	100,00%	400.000	400.000	-	-	-
Credit Linked Note on BES 01/2012	1.183.000	1	100,00%	1.183.000	1.183.000	-	-	-
LJC Individual Forex UMA	150	1	333,51	78.453	50.026	-	28.427	-
	1.583.150			1.661.453	1.633.026		28.427	
TOTAL	23.551.611			22.680.320	21.998.441	208.363	890.242	

(*) Títulos afectos total ou parcialmente ao Repo

(**) Moeda original USD

3.4 Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Nota 04

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Emitidos por Residentes		
<i>Instrumentos Dívida Publica (Val.ant.im.ac.nic/prov.p/impa c.NCA)</i>	9 817 640	103 855
<i>Instrumentos Capital (Val.ant.im.ac.nic/prov.p/impa c.NCA)</i>	307 600	307 600
	10 125 240	411 455
Emitidos por Não Residentes		
Emissores Públicos Estrangeiros		
<i>Outros</i>	1 601 507	1 889 899
	1 601 507	1 889 899
	11 726 746	2 311 354

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. De referir também que, por decisão do Comité de Alocação de Activos e Passivos (ALCO), foi efectuada em 2009 a reclassificação de parte dos activos de “disponíveis para venda” para “activos detidos para negociação”, o que justifica o valor naquele ano em comparação com a opção tomada em 2010 de privilegiar o investimento neste tipo de carteiras.

ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
Em 31 de Dezembro de 2010 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valores Unitários		Valor Aquisição	Valor de Balanço Justo Valor	Valias		Imparidade
		Nominal	Cotação/Preço			Mais	Menos	
Instrumentos de Dívida								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Dívida Pública Portuguesa</i>								
OTG [Setembro 1998/2013 - 5,45%] (*)	157.730.600	0,01	101,73%	1.645.761	1.604.631	-	41.130	-
O.T. Abril 3,85% 2021	1.660.000	0,01	79,50%	15.931	13.197	-	2.734	-
Consolidado (1943)	76	0,01	48,70%	0	0	-	-	-
Consolidado (1942)	1.496	0,01	52,28%	8	8	-	-	-
Consolidado-Centenários	5.000.000	0,01	66,10%	35.750	33.048	-	2.702	-
O.T. 3,60% Out. 2014	50.300.000	0,01	93,98%	481.472	472.734	-	8.738	-
PGB 4.2 10/15/16 (*)	100.000.000	0,01	91,38%	969.500	913.837	-	55.663	-
PGB 3.35 10/15/15 (*)	175.000.000	0,01	90,45%	1.671.600	1.582.850	-	88.749	-
OTC [Junho 2010/2020 - 4.80%] (*)	100.000.000	0,01	87,60%	888.100	875.979	-	12.121	-
	589.692.172			5.708.122	5.496.284		211.837	
<i>De outros emissores públicos</i>								
PARPUB 3,25 12/18/14	1.000.000	1	90,52%	950.000	905.154	-	44.847	-
	1.000.000			950.000	905.154		44.847	
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
<i>Divida não Subordinada</i>								
BESPL 3,75 01/19/12 (*)	1.000.000	1	98,23%	997.166	982.258	-	14.908	-
BNFPL 3,25% 05/12 (*)	2.500.000	1	97,36%	2.483.998	2.433.944	-	50.054	-
	3.500.000			3.481.164	3.416.202		64.962	
<i>Emitidos por Não Residentes</i>								
<i>De Emissores Públicos Estrangeiros</i>								
Hellenic Republic 5.9 04/20/17 (*)	500.000	1	67,57%	386.750	337.845	-	48.905	-
	500.000			386.750	337.845		48.905	
<i>De Outros Emissores Não Residentes</i>								
<i>Divida Subordinada</i>								
Banco Finantia INTL Float 15	55.000	1	72,70%	39.987	39.987	-	-	-
Banco Finantia Float 16	50.000	1	93,35%	46.675	46.675	-	-	-
Banco Finantia Float 17	805	1000	91,00%	732.550	732.550	-	-	-
UBS Capital Secs UBS Var.04/49-13	27	1000	103,88%	26.756	28.047	1.291	-	-
Nib Capital Bank Nincap Var. 40-35	5.000	1	57,93%	2.045	2.896	851	-	-
Royal Bk Of Scotland Plc	242	1000	51,47%	103.615	124.552	20.937	-	-
BCOBMG 9.95 11/05/19 (**)	360.000	1	107,25%	274.809	288.954	14.145	-	-
	471.074			1.226.437	1.263.662	37.224		
Instrumentos de Capital								
<i>Emitidos por Residentes</i>								
<i>De Outros Emissores Residentes</i>								
Optimize Investment Partners - SGFIM	30.760	10	10	307.600	307.600	-	-	-
	30.760			307.600	307.600			
Totais	595.194.006			12.060.073	11.726.746	37.224	370.551	-

(*) Títulos afectos total ou parcialmente ao Repo

(**) Moeda original USD

Conforme referido nas bases de apresentação e principais políticas contabilísticas, os activos são classificados nesta rubrica quando os mesmos não tenham como finalidade a alienação no curto prazo, sendo as variações ao justo valor reconhecidas directamente em capitais na rubrica de reservas de reavaliação. De referir também que, por decisão do Comité de Alocação de Activos e Passivos (ALCO), foi efectuada em 2009 a reclassificação de parte dos activos de

“disponíveis para venda” para “activos detidos para negociação”, o que justifica o valor naquele ano em comparação com a opção tomada em 2010 de privilegiar o investimento neste tipo de carteiras

3.5 Aplicações em Instituições de Crédito

Nota 05

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Aplicações		
<i>No País</i>		
Em Outras Instituições de Crédito	30 616 936	21 382 410
Em Proveitos a Receber	203 515	126 338
	30 820 451	21 508 748

O aumento desta rubrica verificado em 2010, está directamente relacionado, com um significativo acréscimo dos recursos disponíveis para aplicação, sendo que, em resultado da política conservadora de aplicações do banco, parte destes recursos foram aplicados em depósitos a prazo noutras instituições de crédito e parte foi aplicada em activos financeiros disponíveis para venda.

3.6 Crédito a Clientes

Nota 06

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Crédito em Conta Corrente		
<i>Crédito Interno</i>	9 422 615	4 311 028
<i>Crédito ao Exterior</i>	814 000	1 228 884
Outros Créditos		
<i>Crédito Interno e Juros Vencidos</i>	89 019	34 276
	10 336 687	5 634 188
Provisões para Crédito e Juros Vencidos (ver nota 17)	(33 927)	(32 780)
	10 302 760	5 601 408

3.7 Activos Não Correntes Detidos para Venda
Nota 07

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	Saldos 31-12-2009	Aumento Período	Ajustamento	Alienação Período	Provisões Imparidades	Saldos 31-12-2010
Imóveis	175 000	0	0	0	0	175 000
Equipamento	0	0	0	0	0	0
	175 000	0	0	0	0	175 000

Em Fevereiro de 2008, a Sociedade recebeu um imóvel em cumprimento de uma dívida no montante global de 90.437 Euros. O valor atribuído ao Imóvel foi de 175.000 Euros, pelo que a Sociedade liquidou a diferença entre o valor atribuído e o valor da dívida. Este imóvel está localizado na praça João XXIII n.º 141, na Póvoa do Varzim. Durante os anos de 2008, 2009 e 2010, foram efectuadas diversas diligências com vista à alienação do imóvel, sem resultado até ao momento. O Imóvel tem sido sujeito a avaliações, a última das quais em 2010, não sendo de registar qualquer imparidade

3.8 Activos tangíveis e intangíveis
Nota 8/9

Os movimentos e saldos em 31 de Dezembro de 2010 nas rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no mapa em Anexo intitulado ‘Activos Intangíveis e Tangíveis em 31 de Dezembro de 2010’.

3.9 Investimentos em Filiais, Associadas e Outras
Nota 10

	Valor Participação	Total Capitais Próprios	Resultado Liquido	Capital Próprio Ajustado (*)
Coollink, Lda	25 000	110 878	49 015	110 878
Górdio, Sa	980 000	(103 498)	(5 053)	1 894 199
Lisbon Brokers, SA	108 099	(348 425)	(657 679)	(348 425)
FMP, SGPS, SA	181 279	1 401 291	(87 752)	1 401 291
	1 294 378	1 060 246	(701 469)	3 057 942

(*) Ajustamento decorrente da aplicação das IAS

3.10 Activos por Impostos Correntes
Nota 11

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Activos por Impostos Correntes		
IRC a Recuperar (*)	293 083	8 684
	293 083	8 684

(*) Pagamentos por conta efectuados em 2010

3.11 Activos por Impostos Diferidos

Nota 12

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Activos por Impostos Diferidos – Diferenças Temporárias		
<i>Activos Tangíveis</i>	18 060	15 740
<i>Prejuízos Fiscais</i>	0	50 861
	18 060	66 602

O valor registado em 2010 nesta rubrica, deriva do facto das normas relativas ao IRC permitir o diferimento do impacto fiscal relativo às obras em edifícios arrendados, que segundo as IAS são consideradas na contabilidade integralmente como custo do exercício. O respectivo impacto no IRC em períodos futuros estava estimado em € 11321. Da mesma forma, são considerados os impactos fiscais relativos a marcas e patentes, que embora não sendo amortizáveis, terão um impacto fiscal no caso de venda futura. O impacto fiscal relativo a marcas e patentes é de € 6739. Por força do resultado negativo do exercício não foi possível a utilização do benefício de utilização dos prejuízos fiscais calculados para este exercício, que era simultaneamente o último em que seria permitida a sua utilização.

3.12 Outros Activos

Nota 13

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Outras Disponibilidades		
Devedores e Outras Aplicações		
<i>Sector Publico Administrativo</i>	77 702	94 667
<i>Devedores Diversos</i>	214 159	28 026
<i>Aplicações Diversas</i>	82 233	0
Outros Activos	34 383	10 223
Outros Rendimentos a Receber		
<i>Obrigações do Tesouro</i>	78 482	1 313
<i>Outras Obrigações</i>	525 484	622 611
Comissões por Serviços Prestados	675 645	538 937
Despesas com Encargos Diferidos		
<i>Comissões Pagas</i>	0	0
<i>Seguros</i>	34 883	16 317
<i>Contribuições Fundo Garantia Depósitos</i>	0	50 000
<i>Outras Despesas com Encargo Diferido</i>	32 179	17 090
Valor Patrimonial do Fundo de Pensões (*)	1 806 146	0
Outras Contas de Regularização	863.551	669 621
	4 424 847	2 048 806

O valor inscrito na conta do Sector Publico Administrativo diz respeito a IVA a recuperar. Na rubrica de devedores diversos, estão incluídos 153241 € relativos a adiantamentos a fornecedores.

(*) Em 2009, apenas foi apresentado o saldo liquido entre o valor patrimonial do fundo de pensões e as respectivas responsabilidades (Ver nota 19)

3.13 Passivos Financeiros detidos para Negociação
Nota 14

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Instrumentos Derivados com Justo Valor Negativo	115 546	200 821
	<u>115 546</u>	<u>200 821</u>

Perdas não realizadas destinadas a cobrir parte da exposição da carteira em USD

3.14 Recursos de Outras Instituições de Crédito
Nota 15

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Recursos de Instituições Crédito no País		
Descobertos de Depósitos à Ordem	10 163	47 435
Empréstimos – Repo (*)	18 559 614	0
Outros Recursos	4 893	25
	<u>18 574 670</u>	<u>47 460</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Descobertos em depósitos à Ordem (**)	8 760 195	1 237 473
Depósitos à Ordem	17 719 715	17 251 292
	<u>26 479 910</u>	<u>18 488 765</u>
	<u>45 054 578</u>	<u>18 536 226</u>

(*) Valor atribuído na cedência de títulos que permanecem em carteira conforme referido em 2.2.7

(**) Descobertos em D/Ordem compensados por disponibilidades em OIC's.

3.15 Recursos de Clientes e Outros Empréstimos
Nota 16

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Recursos de Clientes		
Depósitos		
De Residentes		
<i>À Ordem</i>	8 158 958	3 208 517
<i>A Prazo</i>	12 795 396	18 016 929
	<u>20 954 354</u>	<u>21 225 446</u>
De Não Residentes		
<i>À Ordem</i>	3 077 628	672 760
<i>A Prazo</i>	20 438	30 032
	<u>3 098 066</u>	<u>702 792</u>
Juros de Recursos de Clientes		
Depósitos		
De Residentes		
<i>De Outros Residentes</i>	106 703	303 213
	<u>24 159 123</u>	<u>22 231 451</u>

3.16 Movimentos em Provisões e Imparidades e Correções de Valores
Associadas ao Crédito a Clientes e Valores a Receber
Nota 17

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	Saldos	Dotações	Utilizações	Anulações	Saldos
	31-12-2009		Transf/Ajust	Reposições	31-12-2010
Provisões Para Crédito e Juros Vencidos (nota 6)	32 780	6 643	713	4 784	33 927
Provisões para Riscos Gerais Crédito	56 600	117 583	629	70 702	102 852
Outras Provisões	0	0	0	0	0
	<u>89 380</u>	<u>124 225</u>	<u>1 342</u>	<u>75 486</u>	<u>136 779</u>

3.17 Passivos por Impostos Correntes
Nota 18

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
<i>Passivos por Impostos Correntes</i>		
IRC a pagar	0	546 783
	0	546 783

3.18 Outros Passivos
Nota 19

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Credores e Outros Recursos		
Fornecedores	185 719	43 542
<i>Fornecedores de Bens em Locação Financeira</i>	437 148	30 696
Credores Por Operações sobre Valores Mobiliários	2 057 726	2 378 700
Outros Credores	10 195	44 317
Outros Recursos	3 293 637	6 080 054
Iva a Pagar	0	0
Sector Publico Administrativo	113 017	73 299
Contribuições param a Segurança Social	51 626	41 213
Contribuição para Outros Sistemas de Saúde	5 041	8 673
Sindicatos	1 001	1 615
	6 155 160	8 702 109
Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios	1 863 644	181 968
	1 863 644	181 968
Encargos a Pagar		
<i>Serviços Bancários Prestados por Terceiros</i>	0	0
<i>Remunerações a Pagar ao Pessoal</i>	403 963	334 912
<i>Por Gastos Gerais</i>	531	0
<i>Outros Encargos a Pagar</i>	157 790	271 826
Outras Receitas com Rendimento Diferido	286	0
	562 570	606 738
Operações a Regularizar	868 637	0
	9 450 011	9 490 815

Em 2009, apenas foi apresentado o saldo liquido entre o valor patrimonial do fundo de pensões e as respectivas responsabilidades. Na rubrica de outros recursos, o valor reportado refere-se ao montante aplicado em liquidez pelos clientes que subscreveram contratos de gestão de carteiras. O valor reportado como Sector Público Administrativo diz respeito aos valores de retenções de imposto na fonte efectuados em 2010, e a entregar em 2011.

3.19 Capital
Nota 20

O anexo da “Demonstração da variação nos capitais Próprios” apresenta uma variação negativa face a 2009 no montante de €947 284 em resultado da variação das Reservas de reavaliação e do Resultado negativo do exercício de 2010.

3.20 Margem Financeira
Notas 21/22

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Juros e Rendimentos Similares		
<i>Juros de Disponibilidades</i>	750 094	31 524
Juros de Clientes e Outras Aplicações	1 763 038	1 865 971
	<u>2 513 132</u>	<u>1 897 495</u>
Juros e Encargos Similares		
<i>Recursos de Outras Instituições de Crédito</i>	72 271	10 524
<i>Juros de Credores e Outros Recursos</i>	498 229	650 094
	<u>570 500</u>	<u>660 618</u>
	<u>1 942 632</u>	<u>1 236 877</u>

A margem financeira aumentou consideravelmente em 2010 devido ao crescimento dos recursos de clientes. Desta forma se explicam as variações mais significativas em rendimentos de outros activos financeiros, constituídos pelos juros de aplicações realizadas pelo Banco e pelos juros do crédito, e por outro lado, na diminuição dos juros de recursos de clientes, que representam os juros pagos a clientes nos depósitos a prazo.

3.21 Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões
Notas 23/24

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Rendimentos de Serviço e Comissões		
<i>Garantias e Avals</i>	2 135	1 125
<i>Depósito e Guarda de Valores</i>	18 317	43 329
<i>Cobrança de Valores</i>	39 847	60 103
<i>Administração de Valores</i>	200 987	22 270
<i>Operações de Crédito</i>	400	0
<i>Outros Serviços Prestados</i>	727 707	9 617
<i>Operações Realizadas por contas de Terceiros</i>	6 712 881	6 089 958
<i>Outras Comissões Recebidas</i>	17 788	4 959
	<u>7 822 563</u>	<u>6 231 361</u>
Encargos com Serviços e Comissões		
<i>Outros Compromissos Irrevogáveis</i>	0	0
<i>Depósito e Guarda de Valores</i>	55 169	25 860
<i>Outros Serviços Bancários prestados por Terceiros</i>	19 043	25 059
<i>Operações realizadas por Terceiros</i>	3 528 171	2 619 016

<u>3 602 420</u>	<u>2 674 327</u>
<u>4 220 143</u>	<u>3 557 033</u>

Para correcta interpretação dos valores apresentados devemos referir que uma parte importante dos custos relacionados com os outros serviços prestados a clientes está relevada em operações realizadas por terceiros.

3.22 Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor

Nota 25

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos em:		
Activos Financeiros Detidos para Negociação		
<i>Títulos</i>	7 289 468	7 581 889
<i>Futuros</i>	<u>477 828</u>	<u>1 527</u>
	<u>7 767 296</u>	<u>7 583 417</u>
Perdas em :		
Activos Financeiros Detidos por Negociação		
<i>Títulos</i>	8 238 619	4 954 443
<i>Futuros e Outras Operações a Prazo</i>	<u>955 452</u>	<u>199</u>
	<u>9 194 071</u>	<u>4 954 641</u>
	<u>(1 426 775)</u>	<u>2 628 775</u>

Os resultados em 2010 foram significativamente afectados pela crise das dívidas soberanas em resultado dos negócios concretizados através da carteira de negociação.

3.23 Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda
Nota 26

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Ganhos em:		
Activos Financeiros disponíveis para Venda		
Títulos		
Emitidos por Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	560 730	77 006
<i>Instrumentos de Capital</i>	0	9 528
Emitidos por Não Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	0	346 978
<i>Instrumentos de Capital</i>	462 498	2 672
<i>Outros</i>	0	549 985
	<u>1 023 228</u>	<u>986 168</u>
Perdas em:		
Activos Financeiros disponíveis para Venda		
Títulos		
Emitidos por Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	1 656	5 457
<i>Instrumentos de Capital</i>	837	2 423
Emitidos por Não Residentes		
<i>Instrumentos de Dívida</i>	0	83 7814
<i>Instrumentos de Capital</i>	0	1 095
<i>Outros</i>	65 915	367 442
	<u>68 407</u>	<u>460 199</u>
	<u>954 821</u>	<u>525 970</u>

Os resultados resultam das alienações ocorridas durante o ano de 2010 e anulações das reservas correspondentes.

3.24 Resultados de Reavaliação Cambial
Nota 27

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Ganhos em:		
Diferenças Cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira</i>	1 265 546	626 042
Perdas em:		
Diferenças Cambiais		
<i>Outros itens em moeda estrangeira</i>	519 356	969 719
	<u>746 190</u>	<u>(343 677)</u>

Resultados apurados em grande parte devido à valorização dos USD face ao EUR, moeda em que o grupo manifestou uma maior exposição.

3.25 Resultados de Alienação de Outros Activos
Nota 28

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos em:		
Activos Não Financeiros	<u>0</u>	<u>1 500</u>
	<u>0</u>	<u>1 500</u>

Em 2010 não se verificaram alienações do activo imobilizado.

3.26 Outros Resultados de Exploração
Nota 29

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ganhos em:		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais		
<i>Outros (*)</i>	<u>219 160</u>	<u>88 521</u>
	<u>219 160</u>	<u>88 521</u>
Perdas em:		
<i>Outros Impostos e taxas suportadas</i>	32 620	21 462
<i>Quotizações e Donativos</i>	17 026	6 178
<i>Contribuições para o FGD</i>	17 500	0
<i>Contribuições para o Sistema Indemnização aos Investidores</i>	2 500	0
<i>Falhas na Gestão e Procedimentos</i>	538	0
<i>Falhas nos Sistemas informáticos ou Telecomunicações</i>	1 333	0
<i>Perdas em Activos Não Financeiros</i>	0	2 991
<i>Outros Activos Tangíveis e Intangíveis</i>	0	0
<i>Outros Encargos e Gastos Operacionais (*)</i>	<u>158 363</u>	<u>163 422</u>
	<u>229 880</u>	<u>194 053</u>
	<u>(10 720)</u>	<u>(105 532)</u>

(*) Inclui ganhos e perdas referentes a exercícios anteriores que no ano de 2010 representaram €158 415 e €143.222 respectivamente.

3.27 Custos com Pessoal
Nota 30

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Remunerações		
<i>Dos Órgãos de Gestão e Fiscalização</i>	401 299	281 643
<i>De Empregados</i>	2 213 686	1 651 170
Encargos Sociais Obrigatórios		
<i>Relativo a Remunerações</i>	547 647	422 102
<i>Fundo de Pensões</i>	119 360	119 587
<i>Outros</i>	9 942	9 446
Outros Custos com Pessoal	57 464	57 460
	3 349 398	2 541 407

O aumento de custos com pessoal continua a reflectir o esforço de crescimento do Banco.

Em Dezembro 2010 o Banco contava com 76 colaboradores em Portugal e 2 em Espanha, num total de 78. O aumento de 8% relativamente a 2009, mostra já a tendência de estabilidade atingida neste último ano.

Este crescimento, quer quantitativo quer qualitativo, resulta da contínua aposta em estratégias de desenvolvimento do potencial humano da organização, com vista à melhoria contínua da Instituição.

A distribuição do seu quadro de pessoal por categoria profissional era a seguinte:

Dados por Categoria Profissional	31.12.2009	31.12.2010
Administração	5	5
Direcção	11	11
Técnicos	12	13
Administrativos	14	15
Comerciais/operacionais	24	28
Outros	6	6
	72	78

RESPONSABILIDADES POR PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As responsabilidades por Pensões de Reforma e Sobrevivência e os respectivos custos decorrentes do Plano de Pensões do Banco foram elaborados através de uma avaliação actuarial realizada por um actuário da firma Pereira da Silva, Pedro Corte Real & Associados, sendo a entidade gestora a BANIF AÇOR PENSÕES – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

O Plano de Pensões do Banco é um plano de benefício definido e segue o estabelecido no ACTV - *Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário*. Pelo facto de o presente Plano de Pensões se encontrar restringido a um grupo de participantes que não se encontravam inscritos na Segurança Social em 31/12/2010, o seu número de participantes situou-se em 22 colaboradores no activo e 1 pensionista.

Ao abrigo deste Plano são atribuídos os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez presumível;
- Pensões por sobrevivência diferida;
- Pensões por sobrevivência imediata;
- Encargos pós-reformas com os SAMS;
- Subsídio por Morte para activos.

Os benefícios referentes a pensões de invalidez e sobrevivência imediata encontram-se cobertos através de uma apólice de seguro de vida.

Para financiar este Plano de Pensões o Banco subscreveu três fundos: Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Pensões Acções (30%) Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Equilibrado (30%) e Fundo de Pensões Aberto Optimize Capital Moderado (40%); caracterizados como fundos abertos com perfis de risco diferenciados em função das respectivas políticas de investimento.

Estando o financiamento do Plano de Pensões sujeito, em termos de financiamento mínimo, ao estabelecido pelo Banco de Portugal que estipula ser o financiamento global das responsabilidades com pensões em pagamento e de direitos adquiridos mínimo de 95% das responsabilidades por serviços passados da população activa; verifica-se que o mesmo dá cumprimento integral ao estabelecido, situando-se o nível de financiamento global em 31/12/2010 nos 101,5%.

O Banco efectuou durante o ano 2010 contribuições para o Plano de Pensões no total de € 125.613,16 e o Fundo pagou pensões no total de € 7.383,38.

Conclusões do Actuário:

De acordo com o método utilizado na avaliação actuarial efectuada e para o cenário de financiamento mínimo, o Valor Actual das Responsabilidades com os Serviços Passados (VARSP) em 31/12/2010 correspondia a € 1.779.398,11, sendo deste montante, € 104.357,82, o correspondente ao Valor Actual das Pensões em Pagamento (VAPP). O valor do Fundo à mesma data tinha o valor de €1.806.146,27, o que significa que o VARSP se encontra integralmente coberto.

O respectivo relatório encontra-se disponível para consulta.

3.28 Gastos Gerais Administrativos

Nota 31

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Com Fornecimentos:		
<i>Água, Energia e Combustíveis</i>	106 078	86 978
<i>Material de Consumo Corrente</i>	11 201	21 051
<i>Publicações</i>	8 987	8 584
<i>Material de Higiene e Limpeza</i>	7 888	8 248
<i>Outros Fornecimentos de Terceiros</i>	76 528	74 789
	210 681	199 650
Com Serviços		
<i>Rendas e Alugueres</i>	298 065	269 489
<i>Comunicações</i>	283 705	238 575
<i>Deslocações, Estadas e Representação</i>	248 044	232 991

<i>Publicidade e Edição de Publicações</i>	306 462	326 431
<i>Conservação e Reparação</i>	123 038	69 871
<i>Seguros</i>	19 194	12 057
<i>Avenças e Honorários (*)</i>	85 698	254 793
<i>Judiciais, Contencioso e Notariado</i>	3 471	2 624
<i>Informática</i>	403 360	297 555
<i>Segurança e Vigilância</i>	3 849	2 566
<i>Limpeza</i>	4 949	591
<i>Assessoria, Comunicação e Imagem</i>	43 213	163 702
<i>Informações</i>	318 413	299 872
<i>Bancos de Dados</i>	31 227	24 221
<i>Estudos e Consultas</i>	29 510	0
<i>Consultores e Auditores Externos</i>	540 849	465 399
<i>Outros Serviços de Terceiros</i>	0	23
	2 743 048	2 660 758
	2 953 729	2 860 408

(*)Em cumprimento da alínea b) do nº 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., foram registados os seguintes honorários, não se verificado qualquer outro tipo de prestação de serviços:

Revisor Oficial de Contas

Revisão Legal de Contas	15 750,00
Serviços de Garantia e Fiabilidade	7 050,00
	22 800,00

3.29 Depreciações e amortizações
Nota 32

Conforme referido na nota 10, os movimentos e saldos das rubricas de outros “activos tangíveis” e “activos intangíveis”, incluindo as amortizações e ajustamentos por imparidade são apresentados no Anexo IV. As amortizações do período findo em 31 de Dezembro de 2010, ascenderam a € 515 711.

3.30 Provisões líquidas de Anulações
Nota 33

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Provisões para riscos gerais de crédito	46 881	34 516
	46 881	34 516

3.31 Correções de valor associado ao crédito a clientes e valores a Receber de Outros Devedores (líquidas de Reposições/anulações)
Nota 34

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido	1 859	49 649
	1 859	49 649

3.32 Imparidade de Outros Activos Financeiros líquida de Reversões e Recuperações
Nota 35

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido	0	(34 793)
	0	(34 793)

Como referência à presente nota e à imediatamente anterior, as dotações para as provisões em causa não foram no exercício de 2009 consideradas na rubrica relativa a crédito a clientes, mas sim na de outros activos financeiros. Caso tal tivesse sido efectuado o valor líquido de reposições em 2009 das correções de valor associadas ao crédito a clientes seria de €14856.

3.33 IMPOSTOS CORRENTES
Nota 36

A diferença entre os impostos calculados à taxa legal e os impostos calculados à taxa efectiva no exercício de 2010 e 2009 pode ser explicada como a seguir se demonstra:

	2010	2009
1. Resultados antes de Impostos - Base NCA	-441.288	1.675.002
2. Taxa legal de Imposto (IRC+Derrama)	26,50%	26,50%
3. Carga Fiscal Normal (1*2)	0	443.876
4. Efeito fiscal de gastos que não são dedutíveis		
4.1 Provisões não dedutíveis	117.583	73.285
4.2 Amortizações não aceites como custo	54.357	45.581
4.3 Donativos e Quotizações		3
4.4 IRC relativo a anos anteriores		0
4.5 Mais-valias fiscais		1.497
4.6 Multas, coimas e juros compensatórios	769	3.007
4.7 Correções relativas a exercícios anteriores	143.222	36.442
4.8 Correções impactos em NCA's	36.152	15.755
4.9 Aluguer de viaturas sem condutor e ajudas de custo	0	0
4.10 Despesas não devidamente documentadas e ofertas	33.649	52.450
4.11 Pensões de reforma	0	0
4.12 Insuficiência estimativa de imposto	0	33.353
4.13 Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte	11.597	0
	397.329	261.373
5. Efeito fiscal de rendimentos que não são tributáveis		

5.1 Redução de provisões tributáveis	-70.702	-38.770
5.2 Benefícios fiscais	-1.586	-2.537
5.3 Impacto NCA's	-27.400	-23.964
5.4 Mais valias contabilísticas	0	-4.667
5.5 Excesso estimativa de imposto	-4.003	0
5.6 Correções relativas a exercícios anteriores	-158.416	0
	-262.106	-69.938
6. Variações patrimoniais	-202.575	484.967
7. Lucro tributável (1+4+5+6)	-508.641	2.351.404
8. Prejuízo fiscal reportável	0	-141.166
9. Imposto antes da tributação autónoma (7+8) 26,5	0	584.151
10. Tributações autónomas	44.879	29.586
11. Imposto total (9+10)	44.879	613.736

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 58º do Código do IRC, a Direcção Geral dos Impostos poderá efectuar as correcções que considere necessárias para a determinação do lucro tributável sempre que, em virtude de relações especiais entre o contribuinte e outra pessoa, sujeita ou não a IRC, tenham sido estabelecidas condições diferentes das que seriam normalmente acordadas entre pessoas independentes, conduzindo a que o resultado apurado seja diverso do que se apuraria na ausência dessas relações. No entanto, a Administração entende que as eventuais correcções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das autoridades fiscais não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos correntes registados em 2010 no valor de €44 879 resultam exclusivamente do apuramento da tributação autónoma calculada em função da legislação fiscal aplicável.

3.34 Impostos Diferidos

Nota 37

Os impostos diferidos registados em 2010 no valor de €48 542 resulta de dois efeitos simétricos, sendo um resultante da anulação dos activos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores no valor de €50 861, extinto que foi o benefício do reporte fiscal associado e € 2 319 provocado por ajustamentos decorrentes de políticas de natureza contabilística/fiscal dos activos fixos tangíveis e intangíveis,

3.35 Rubricas Extrapatrimoniais

Nota 38

Para os períodos comparáveis, este grupo apresenta a seguinte decomposição:

	2010	2009
Compromissos Perante Terceiros:		
Compromissos Irrevogáveis		
<i>Responsabilidades potenciais para com Sist. Indem. Investidores</i>	187 822	128 635
Compromissos Revogáveis		
Linhas de crédito	8 500 285	0
	8 688 107	128 635
Responsabilidades por Prestação de Serviços:		
De Depósito e Guarda de Valores	310 926 952	226 727 572
Valores Administrados pela Instituição	55 856 312	22 713 755
Outras	20 719 237	20 155 592
	387 502 501	269 596 919
Serviços Prestados por Terceiros:		
Por Depósito e Guarda de Valores	273 895 114	200 223 047
Por Outros Serviços	20 719 237	20 155 592
	294 614 351	220 378 639
Operações Cambiais e Instrumentos Derivados:		
Operações Cambiais a Prazo - Negociação	7 607 110	0
Futuros e Operações a Prazo - Negociação	300	0
	7 607 410	0
Garantias Prestadas e Outros Serviços Eventuais:		
Garantias Pessoais	105 495	300 000
Garantias Reais	25 608 906	16 600
	25 714 401	316 600
Garantias Recebidas:		
Garantias Pessoais	114 671	300 000
Garantias Reais	8 822 004	0
	8 936 675	300 000
Outras Rubricas Extrapatrimoniais:		
Créditos Abatidos ao Activo	1 332 127	1 332 127
Juros Vencidos	13 479	9 778
	1 345 606	1 341 905

Nas garantias reais prestadas, encontra-se relevado o valor nominal dos títulos cedidos em operações com acordo de recompra (ver ponto 2.2.7)

Porto, 02 de Maio de 2011

O Técnico de Contas

Pedro Baldaque Silva

O Conselho de Administração

Presidente: Maria Cândida Cadeco Rocha e Silva

Jorge Manuel Conceição Freitas Gonçalves

Pedro José Malheiro Duarte

José Paulo de Oliveira Faria Duarte

Américo Ferreira de Amorim

Paulo Armando Morais Mendes

Carlos da Costa Oliveira

António José Paixão Pinto Marante

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

**XVI. CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS
(INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS)**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 97.899.903 euros e um total de capital próprio de 19.017.545 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 534.709 euros), as Demonstrações de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7, o exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Limitação de âmbito

7. Da análise que efectuei ao contracto de concessão de crédito à Sociedade **Lisbon Brokers – Sociedade Corretora, S.A.** (adiante designada apenas por Lisbon Brokers), Sociedade cujo capital social é detido em 85% pelo Banco Carregosa, directa e indirectamente, concluí tratar-se de uma operação com a finalidade de reforçar os fundos próprios da Lisbon Brokers, assumindo a forma de uma prestação acessória de capital no montante de 600.000 euros, contratualizada em Setembro de 2010.

Considerando que de acordo com o referido contrato existe, nomeadamente, a obrigatoriedade de autorização prévia do Banco de Portugal para o reembolso excepcional da operação supra descrita em caso de insolvência da Lisbon Brokers, bem como, a mesma apenas poder ser reembolsada ao Banco Carregosa após a satisfação de todos os créditos ordinários, privilegiados e subordinados, conjugado com o meu desconhecimento, a esta data, do plano de recuperação da Lisbon Brokers que eventualmente lhe permita recuperar os seus capitais próprios e situação financeira evidenciados no Relatório e Contas de 2010 da Sociedade e dessa forma ter capacidade para reembolsar, no todo ou em parte, estas prestações acessórias no futuro, não me é possível concluir sobre a recuperabilidade pelo Banco Carregosa destes 600.000 euros relevados nas Contas do Banco na rubrica de Crédito a Clientes.

Opinião

8. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 02 de Maio de 2011



Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco L.J.Carregosa, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 98.894.422 euros e um total de capital próprio atribuível ao Grupo de 18.193.411 euros, incluindo um resultado consolidado líquido negativo de 1.145.218 euros), as Demonstrações consolidadas de Resultados, dos Fluxos de Caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- 5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

Opinião

- 7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco L.J. Carregosa, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados para o período findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Ênfases

- 8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior refiro que, o Banco Carregosa reconheceu erradamente o “goodwill” (diferença de consolidação) resultante da aquisição das participações em empresas filiais directamente no capital próprio atribuível ao Grupo. Adicionalmente, o “goodwill” não foi calculado com referência à data de aquisição de cada uma das participações financeiras.

O “goodwill” (diferença de consolidação) resultante da aquisição das participações em empresas filiais é definido como a diferença, à data de aquisição, entre o valor do custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Ao abrigo das IFRS, o “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O valor recuperável do “goodwill” é avaliado anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em custos do exercício.

Deste modo, em 31 de Dezembro de 2010, o capital próprio atribuível ao Grupo encontra-se subavaliado por aproximadamente 300.000 euros e o activo encontra-se subavaliado pelo mesmo montante na rubrica de activos intangíveis. A subavaliação do capital próprio atribuível ao Grupo no montante aproximado de 300.000 euros decompõe-se numa subavaliação da rubrica Outras Reservas e resultados transitados de aproximadamente 215.000 euros e na subavaliação do resultado consolidado do exercício de aproximadamente 85.000 euros.

- 9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7, refiro que a Certificação Legal das Contas individuais de 2010 do Banco Carregosa contém uma limitação de âmbito no parágrafo nº 7, que decorre de não me ter sido possível concluir sobre a

recuperabilidade ou não pelo Banco Carregosa do montante de 600.000 euros, relevados nas Contas individuais do Banco na rubrica de Crédito a Clientes, decorrente da concessão de crédito à Sociedade **Lisbon Brokers – Sociedade Corretora, S.A**, cujo capital social é detido em 85% pelo Banco Carregosa, directa e indirectamente. Esta concessão de crédito assumiu a forma de uma prestação acessória de capital tendo como finalidade o reforço dos fundos próprios da Lisbon Brokers.

Por força das operações de consolidação de contas, esta situação não afecta as Contas Consolidadas do Banco Carregosa.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 02 de Maio de 2011



Cristina Gomes

Inscrita na lista dos R.O.C. com o n.º 1088

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**

**XVII. RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**



BANCO CARREGOSA

Carregosa
WJL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo Conselho de Administração do **Banco L. J. Carregosa, S.A.**, referentes ao exercício de 2010, dando, assim, cumprimento às disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias.

2. O Conselho, ao longo do ano, realizou os contactos necessários com diversas Direcções do Banco, obtendo informações sobre os mais relevantes aspectos da actividade desenvolvida, bem como acompanhando a evolução de diversos assuntos em análise.

Ao longo do exercício, teve este Conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do Conselho de Administração e de todos os Colaboradores do Banco e do Grupo.

3. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do Conselho de Administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.



Banco L. J. Carregosa, S.A. • Capital Social € 17.500.000,00

Matriculada Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 267 015

AV. da Boavista, 1083 – 4100-129 Porto – Portugal • Tel. +351 22 608 64 60 • Fax: +351 22 600 78 87

ljcarregosa@ljcarregosa.com • <http://www.ljcarregosa.com>



BANCO CARREGOSA

4. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

5. Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas, que nos foram presentes e com as quais concordamos, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório do Conselho de Administração.
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização do **Banco L. J. Carregosa, S.A.**, nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 3 de Maio de 2011

O Conselho Fiscal

Maria da Graça Alves Cavallho

Paulo José da Silva

Luís Carlos



**XVIII. EXTRACTO DAS
DELIBERAÇÕES TOMADAS NA
ASSEMBLEIA GERAL DE 27 DE
MAIO DE 2011**

**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**



BANCO CARREGOSA

CERTIFICO, à vista da Acta da Assembleia Geral Anual de Accionistas do "Banco L. J. Carregosa, S.A.", realizada no dia 27 de Maio de 2011, que se encontram tomadas as seguintes deliberações:

- a). Foi aprovado por unanimidade dos votos o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2010.
- b). Foi aprovada por unanimidade dos votos a proposta contida no Relatório de Gestão, no respeitante ao resultado líquido do exercício (negativo) no valor de € 534 709 (quinhentos e trinta e quatro mil, setecentos e nove euros), atribuindo-se-lhe a aplicação em resultados transitados.
- c). Foi aprovada por unanimidade a proposta de alienação e aquisição de acções próprias, nos termos do disposto nos artigos 319.º e 320.º do Código das Sociedades Comerciais.
- d). Foi aprovado por unanimidade dos votos um louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Sociedade, extensivo a todos e cada um dos seus membros em exercício de funções dos referidos órgãos, relativamente ao exercício de 2010.

Porto, 27 de Maio de 2011.

O Presidente da Assembleia Geral,

(Dr. Luis Neiva dos Santos)



**INTENCIONALMENTE
DEIXADO EM BRANCO**